



O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Com as ausências, consulto à Senadora Ana Amélia se podemos dispensar a leitura da Ata da reunião anterior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sem dúvida, caro Sr. Presidente. Está autorizada a dispensa da leitura da Ata. Podemos iniciar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dispensa da leitura da Ata, que é dada como aprovada.

Cumprimento o Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e agradeço a sua presença.

A Presidente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2012, da Comissão de Agricultura, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 22/03/2012, com o objetivo de debater e aperfeiçoar a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, e do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Informo, ainda, que foi aprovado, em 15/12/2010, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) o parecer pela rejeição do PLS nº 153, de 2007, e pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, na forma do substitutivo de lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: já está, para nossa satisfação, o Ministro Pepe Vargas; convido o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Paul Israel Singer; convido o Diretor-Presidente do Conselho Executivo da Central de Cooperativas de Empreendimento Solidários, Sr. Arildo Mota Lopes; convido o Sr. Odacir Klein, ex-Ministro do Transporte e representante da Organização das Cooperativas Brasileiras; convido o Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

Há muita gente chegando.

E o Sr. Luiz Ademir Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Eu tenho a informação de que ainda estão se dirigindo para cá alguns dos convidados, entre eles o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, antes de iniciar a exposição dos convidados, a quem nós antecipadamente agradecemos especialmente na pessoa do Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, do Ministro Odacir Klein, do Dr. Luiz Ademir Possamai, porque o debate é extremamente relevante. É uma espécie de audiência pública para debater o projeto do cooperativismo, Senador Waldemir Moka, eu queria cumprimentá-lo pela relatoria, ontem, da questão relacionada à expansão do microcrédito.

Como no caso das cooperativas é importante, digamos, esse crédito solidário, eu fui autora de um projeto que prevê o repasse direto dos recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que tem um custo melhor para repassar aos tomadores do empréstimo, para as cooperativas de crédito, todas elas, independentemente da sua finalidade.

Isso foi aprovado pelo Senado e houve uma emenda do Senador Francisco Dornelles, incluindo, aí, também os repasses dos bancos de fomento, oficiais, e os bancos estaduais.

Então, essa medida que foi aprovada aqui, que beneficia as cooperativas de crédito, junto com isso que V. Exª, ontem, com muita competência, aprovou no plenário do Senado, Projeto de Conversão da Medida Provisória 554, autorizando a União a conceder a subvenção econômica a instituições financeiras, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

Parabéns pelo seu trabalho. Isso é uma grande contribuição que dá, a disseminação do crédito a quem precisa, que é exatamente o pequeno crédito, onde há, digamos, uma muito baixa inadimplência.

Então, parabéns pelo seu trabalho.

Agora, saudamos o ex-Ministro da Agricultura, que já está chegando. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço, Senadora Ana Amélia, e peço que componha a Mesa o ex-Ministro Roberto Rodrigues, para nossa honra e satisfação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente Waldemir Moka, quero cumprimentá-lo e todos, o Ministro Pepe Vargas, o Sr. Luiz Ademir Possamai, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o ex-Deputado e ex-Ministro Odacir Klein, o Sr. Vergílio Frederico Perius.

Eu queria informar que, ontem, eu fiz um apelo ao Ministro Pepe Vargas, que foi chamado para discutir o Código Florestal no Palácio do Planalto daqui a instantes, para que ele possa se o primeiro a aqui expor o seu ponto de vista. Se ele avaliar como adequado, pode deixar, aqui, um dos seus principais colaboradores, em seu lugar.



Ele atendeu a essa gentileza, já que ele tem de estar, às nove horas, lá na reunião sobre o Código Florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Composta a Mesa, nós vamos... A audiência pública tem um objetivo específico.

Nós temos pelo menos três versões de um único projeto, que é a questão da organização das cooperativas. Começou com o Senador Osmar Dias, depois o Senador Augusto Botelho, o Senador Eduardo Suplicy, há um substitutivo, já aprovado, do Senador Renato Casagrande, e temos, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, relatado pela hoje Ministra Gleisi Hoffmann, na época Senadora.

Então, qual é o objetivo? Uma audiência pública.

Eu sou o relator, na Comissão de Agricultura, desse projeto, e eu penso que está na hora de nós estabelecermos uma convergência, de nós estabelecermos um texto que seja possível, para que a gente possa... É claro que se o texto que veio da CCJ tiver esse consenso, se esse texto que está aí, em análise, for aprovado... A própria Ministra Gleisi Hoffmann, eu tive a oportunidade de ler, já, disse que o texto aprovado na CCJ, do Renato Casagrande, não atendia o acordo entre as entidades. Então, isso está escrito e é uma coisa que me preocupa, daí porque, eu penso, nós chamamos, aqui, as pessoas que têm condições de expor o ponto de vista e que conhecem o assunto.

Está aqui, e eu quero saudar, também, com entusiasmo, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, Dr. Márcio de Freitas.

Eu gostaria então, sem mais delongas, atendendo ao pedido... Vou dizer que nós vamos dar 10 minutos, inicialmente, para cada um dos expositores. Quando faltar um minuto, vai soar a campainha do relógio. É automático, é um minuto. Com 10 minutos, nós faríamos isso.

Eu também tenho um outro pedido do ex-Ministro Odacir Klein, que será o segundo a falar.

Então, com a palavra o...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – O Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, que é também membro do debate, acaba de chegar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor, tome assento.

Então, com a palavra o Ministro Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS – Bom dia, Srs. Senadores, Senadora. Todos os integrantes da Mesa, eu queria saudá-los... Deixe-me cumprimentar o Prof. Paul Singer. *(Pausa.)* Eu queria saudar a todos e todas, saudando o Senador Moka, que preside esta reunião da Comissão de Agricultura, dizendo que é um prazer muito grande estar aqui. É a segunda vez que tenho a oportunidade de ser



convidado a comparecer a esta Comissão. Então, é com muita honra e com muito prazer que atendemos ao convite dos nossos Senadores e da nossa Senadora Ana Amélia. Eu queria saudar o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o ex-Ministro Odacir Klein, o Vergílio Perius, o Possamai, o Prof. Paul Singer.

De fato, como foi dito aqui, estamos na reta final dos temas relativos ao Código Florestal e eu tenho uma reunião, agora, às 9 horas, mas, em função do convite, eu não poderia deixar de comparecer.

Minha fala vai ser bastante genérica. Não vou adentrar no texto que está em discussão, nas propostas exatamente em discussão, até porque temos aqui, na mesa, um corpo extremamente qualificado de pessoas que têm uma representação muito ampla do setor. Temos aqui desde a representação das maiores cooperativas brasileiras até a representação de pequenas cooperativas que são tão importantes quanto as grandes. Cada uma delas tem de ter um olhar cuidadoso e distinto sobre o texto que está sendo apreciado.

Antes de mais nada, eu queria dizer que é muito importante esta iniciativa do Senado. Nós estamos mais de 20 anos depois da Constituição de 1988, que estabeleceu claramente a importância do sistema cooperativo para o desenvolvimento econômico e social do País, para as atividades econômicas, nos mais variados segmentos da atividade econômica brasileira. Acho que seria desnecessário ficar falando aqui da importância das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social do País. Então, mais de 20 anos depois da Constituinte, de fato, é importante que ocorra definitivamente a lei que regulamente de forma mais moderna o sistema cooperativo brasileiro.

Eu só queria colocar aqui algumas questões que afetam um pouco o público que está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nosso público, como os senhores e as senhoras sabem, são os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os povos e as comunidades tradicionais, como os quilombolas, os extrativistas, os povos indígenas, de certa forma também, pois cabe a nós fazer a assistência técnica e a extensão a eles, em muitos casos. Então, esse é o nosso público, que tem desde uma agricultura familiar desenvolvida com muita tecnologia já aplicada, extremamente produtiva e que cumpre um importantíssimo papel econômico no nosso País, até situações de extrema pobreza. Esse é o nosso público. Eu costumo dizer que o Ministério do Desenvolvimento Agrário visa ao desenvolvimento econômico; ele tem profunda vocação social, mas é um ministério que visa ao desenvolvimento econômico. Nossa tarefa é fazer com que esses que estão em extrema pobreza saiam dessa condição de extrema pobreza; temos outra parcela de agricultores familiares que estão em processo de desenvolvimento que precisa ainda de muita política pública, mais que outros segmentos, para poder se desenvolver plenamente; e temos uma agricultura familiar já consolidada que precisa, obviamente, de instrumentos para o seu pleno



desenvolvimento. Esse é o nosso público. Portanto, no nosso público, temos diversas situações.

Vou falar primeiro dos mais fragilizados, os mais pobres, aqueles que estão na extrema pobreza. Para esse segmento, precisamos de uma legislação que trate das questões das cooperativas e que, em última instância, facilite a criação de uma cooperativa. A organização associativa dos mais pobres é extremamente importante para o seu desenvolvimento e a nossa legislação, hoje, dificulta a criação de uma pequena cooperativa desse segmento mais desvalido - digamos assim - e encarece a sua criação. Portanto, ela é, de certa forma, desestimuladora, do ponto de vista de organização cooperativa dos pobres.

Então, para nós, essa é uma questão muito importante.

Uma segunda questão diz respeito a um grupo de cooperativas que já têm algum grau de desenvolvimento, mas são muito pequenas e o ato cooperativo ainda, digamos assim, do ponto de vista tributário, não lhe traz vantagens plenas. Essas pequenas cooperativas, quando vão comercializar os seus produtos ou seus serviços, acabam tendo uma assimetria competitiva com micro e pequenas empresas que se beneficiam do Simples. Esse é outro problema.

Sei que não se faz necessário fazer referência à questão do ato cooperativo, mas esse tema é importantíssimo, e a razão é muito simples: o ato cooperativo, nessa pequena cooperativa, é pouco representativo, mas, ao comercializar, ela sofre a incidência de uma cadeia de tributos, enquanto a microempresa tradicional, individual, de um proprietário só, tem benefícios no Simples. Como se sabe, o Simples tem uma alíquota única, onde incidem até seis tributos federais, um estadual e um municipal. Como estamos tratando de um universo de pequenas cooperativas e microempresas, estamos falando em um faturamento de até R\$ 360 mil/ano, em que a alíquota do Simples, no caso de uma agroindústria, por exemplo, é 4%, quatro e alguma coisa, na primeira faixa, que é de até R\$ 180 mil, e cinco vírgula alguns percentuais - não me lembro agora exatamente as casas decimais -, a segunda faixa. Ali está embutido o IPI, Confins, incluída contribuição social sobre o lucro líquido, Imposto de Renda, tudo.

Então, essa pequena cooperativa não tem o benefício do Simples porque ela não pode optar por ele. A lei não permite que a pequena cooperativa opte pelo Simples.

Então, essa é uma outra questão que, para esse público que não é público exatamente mais empobrecido, já é um público que conseguiu subir um degrau da escada para chegar ao pleno desenvolvimento, mas há esses segmentos com essa dificuldade. Para esses, repito, o processo de criação de cooperativa, o custo de criação de criação de uma cooperativa é desestimulador.

Então, dentro da nossa estratégia do plano Brasil sem Miséria, que visa retirar da pobreza extrema oito milhões de pequenos agricultores que vivem



no campo brasileiro, metade dos extremamente pobres do Brasil, para esse público, precisamos de uma grande simplificação.

Bom, temos outro público já bastante desenvolvido. Vou dar um dado que, sei, é pouco conhecido. Em geral, tem-se a ideia de que um agricultor familiar dificilmente exporta. Em geral, essa é a ideia. Eu diria que o senso comum diz: o agricultor familiar não exporta, ele é pequeno, não tem promoção comercial, não em acesso a um conjunto de instrumentos.

Pois bem, do total das exportações do agro brasileiro, 28% têm, na base, a agricultura familiar. Esses são dados do sistema de comércio exterior do Ministério da Indústria e Comércio. Lá, quando fazemos a pesquisa desses dados, vemos que, na produção da matéria-prima. Muitos deles viabilizam, estão nessa cadeia produtiva de exportação porque estão integrados a algum grande grupo com capacidade de exportação e fazem integração de pequenos agricultores. Acho que esse tema é bastante conhecido, mas também temos um conjunto de cooperativas de agricultores familiares que tenham presença importante nas exportações. Como está excluído, digo que identificamos, nos três Estados do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, cerca de 30 cooperativas que têm em sua base 183 agricultores familiares com declaração de aptidão ao Pronaf e que com uma forte presença exportadora.

Então, para esse segmento, também precisamos de um olhar especial.

Por fim, nós temos também um grupo de pequenas cooperativas que produzem aquilo que a gente convencionou chamar de produtos da sociobiodiversidade e que têm mercado. Em alguns países como Estados Unidos e os da Europa, há uma parcela da população de uma boa renda que quer comprar produtos produzidos agroecologicamente, que quer comprar produtos produzidos através daquilo que eles chamam de um comércio justo e solidário, que distribui melhor os seus resultados. Nós temos pequenas cooperativas que exportam para esse segmento em nosso País, mas também temos um enorme espaço para crescer, porque o Brasil, comparativamente a países vizinhos, como Colômbia e Peru, por exemplo, exporta menos nesse mercado, nesse nicho de mercado da sociobiodiversidade do que países vizinhos, que teriam, em tese, menor capacidade organizativa, menor capacidade econômica para fazer isso.

Então, para esse segmento, este debate que vocês estão fazendo do ajuste da lei que regula o sistema cooperativo, e para nós, é muito importante. Então, quero parabenizar a Comissão de Agricultura do Senado, os Senadores e Senadoras. Esperamos que este debate seja profícuo e que ele nos permita avançar nesse processo de organização produtiva e econômica dos agricultores familiares.

É óbvio que o nosso sistema cooperativo é importante também para outra escala, a de médios produtores, mas aqui na Mesa há interlocutores qualificadíssimos que irão poder falar sobre isso. Então, eu queria agradecer a



oportunidade de estar aqui e pedir escusas por ter de me retirar em função do debate do Código Florestal. Mas vai permanecer aqui o Jerônimo, nosso Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério, que tem condições de entrar no debate.

Obrigado pelo convite, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço a presença e agradeço o esforço do Ministro Pepe Vargas em estar aqui e que nos brindou.

Acho que esse é o caminho do nosso entendimento. Sou um daqueles que aposta que é sempre possível ter uma grande convergência.

Muito obrigado.

Convido o representante do Ministro para que ele possa assumir o lugar do Ministro Pepe Vargas.

Ganhando tempo, com a palavra o ex-Ministro do Transporte, representando aqui a OCB, o Dr. Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sr. Presidente, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy. Não vou saudar nominalmente os integrantes da Mesa, em função do tempo que nós temos, mas tenho grande prazer em estar aqui a convite do Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Quero, inicialmente, Sr. Presidente, agradecer a gentileza de V. Ex^a, porque, quando eu fui comunicado de que deveria estar neste debate, eu logo ponderei que às 10 h eu teria uma audiência para tratar da questão do biodiesel com o Ministro Fernando Pimentel, acompanhando a diretoria de uma associação da área e que, em consequência, eu precisaria ser um dos primeiros a falar. Mas como eu estou aqui a pedido da OCB, ao lado de um ex-Presidente da OCB, o Ministro Roberto Rodrigues, e ao lado de um dirigente de entidade estadual dos que conhece profundamente a legislação cooperativista, o Dr. Vergílio Perius, estou muito à vontade para apresentar essas ponderações e pedir licença para poder cumprir o compromisso posterior.

Cumprimento também o Senador Blairo Maggi.

Sr. Presidente, eu entendo que, para que nós tenhamos condições de chegar a consensos, é preciso que alguns radicalizem. Em consequência, eu vou cumprir a tarefa aqui, na questão de representação cooperativista, de radicalizar, de um lado talvez até para dar a minha contribuição para que se possa a chegar ao andamento da tramitação do projeto no Congresso Nacional.

Hoje, temos um sistema cooperativista no País. Durante a Constituinte, o Ministro Roberto Rodrigues era Presidente da OCB. O Dr. Vergílio Perius, como professor universitário com doutorado em cooperativismo, a convite da OCB, assessorou as atividades dos Constituintes e defendeu os pontos de vista do cooperativismo. Era coordenador da Frente Parlamentar Cooperativista o então Deputado Vanderlinde, e esse trabalho resultou em algumas conquistas importantes. A OCB, representada pelo seu Presidente, Roberto Rodrigues, com a



assessoria do Dr. Vergílio Perius, cumpriu um papel fundamental para que saíssemos daquele estado anterior da Lei nº 5.764, altamente intervencionista, e pudéssemos ter liberdade de formação de cooperativa.

A Lei nº 5.764 era altamente intervencionista. Ela previa que a cooperativa, após fundada, precisava de uma autorização de uma entidade federal que tinha representações nos Estados. Essa autorização poderia ser negada. Essa entidade federal poderia intervir no funcionamento das cooperativas e até optar pela liquidação das mesmas. Com esse trabalho feito pela OCB - eu acompanhei, eu era Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul à época -, exatamente no artigo que trata de direitos e garantias individuais na Constituição, foi colocado o seguinte texto: "Art. 5º. Inciso XVIII - A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização" - a Constituição baniu aquele processo anterior de intervenção - "sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Esse "e na forma da lei" entre associações e cooperativas significou que o desejo do Constituinte era dizer e expressar que há liberdade para formação de associações e também de cooperativas, mas, para essas, na forma da lei, e que há uma diferença entre uma pura e simples associação e uma associação que, embora com objetivos sociais, mas agindo na área econômica, precise de certa organicidade para atuar com suficiência no setor.

Mas a mesma Constituição que contemplou as cooperativas com liberdade para formação contemplou o sistema cooperativista, porque, no art. 174, §2º, ela contém o seguinte: "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo", ou seja, estimulará o cooperativismo, destacadamente, e outras formas de associativismo. A Constituição, ao tratar, num dispositivo, de cooperativas e liberdade de formação e ação e, noutro, do apoio ao cooperativismo, consagrou a liberdade para as cooperativas, mas consagrou o sistema cooperativista.

A Lei nº 5.764, que continha todos os dispositivos intervencionistas, continha também dispositivos que continuaram em vigor depois da nova Constituição, porque não revogados por ela, que consagravam a representação do sistema cooperativista. O capítulo XVI da lei trata da representação do sistema e, expressamente, diz: "A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil com sede na capital federal", etc.

Isso tudo quer dizer liberdade de organização, na forma da lei, liberdade de organizar cooperativas dentro daquilo que a lei disser que é cooperativa, a partir dos princípios advindos de Rochdale, mas, de outra parte, no art. 174, §2º, a consagração do sistema cooperativista que a Lei nº 5.764, nos dispositivos não revogados, prevê que é cumprido pela OCB.

As cooperativas não são associadas à OCB. A OCB tem representações estaduais na forma da lei. As cooperativas são registradas na OCB e têm seus atos constitutivos arquivados na junta comercial. Não há uma



compulsoriedade, mas eu sou advogado, sou contabilista e sou registrado no Conselho Regional de Contabilidade e na Ordem dos Advogados do Brasil. Há um organismo com funções legais com condições para, exatamente, exercer essa atividade de representação, fazer com que haja uma coordenação das atividades dos mais diversos ramos, ramos que são diversificados e, às vezes, até com interesses um pouco conflitantes. A área de crédito, às vezes, tem interesses um pouco conflitante com a área, por exemplo, do produtor agrícola.

A OCB tem exercido essas atividades com muita suficiência. Então, Senador Moka – sei que tenho um minuto e meio e lhe pedi para falar neste momento, para que eu possa me retirar sem cometer uma indelicadeza –, quero chamar a atenção para o fato de que, no aspecto representação, é preciso ter muito cuidado. Modificar radicalmente o *status quo* sem que exista na lei uma organização que tantos serviços prestou – inclusive como o de lutar para colocar na Constituição os dispositivos libertadores –, retirar-se de um texto legal a presença de uma organização que representa o sistema, que também está consagrado na Constituição, no meu entendimento, seria altamente prejudicial. Chamo a atenção nesse sentido.

Tenho a certeza de que o Ministro Roberto Rodrigues e o Dr. Vergílio Perius, mesmo com a minha saída, terão condições de continuar o debate sobre essa questão.

Muito obrigado pelo convite, pela deferência da OCB de me convidar para aqui representá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço ao ex-Ministro Odacir Klein, que também tem compromissos assumidos, mas percebo que, independente dos compromissos, o Ministro Pepe Vargas fez questão de estar aqui, assim com o ex-Ministro Odacir, dada a importância, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Ana Amélia, Senador Blairo Maggi, Senador Antonio Russo, do projeto que teremos de analisar nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Vergílio Perius.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – Minha Saudação e meu abraço gaúcho aos nossos Senadores, ao meu querido amigo Roberto Rodrigues, com o qual tive o prazer de conviver por dois anos, durante a Constituinte, ao Dr. Márcio, à representação da Unicafe, a todos os Senadores e autoridades que conhecem bem e estão muito interessadas no sistema cooperativista.

Tenho, Senador Moka, duas preliminares, dez contradições quanto ao projeto que está aí e três sugestões que não são alcançadas pela legislação que aí está.

Quanto às preliminares, a primeira delas se refere à atual lei cooperativa, que, no meu entender, é atualíssima e moderna. Ela consagra a essencialidade, aquilo que a ONU nos disse este ano quanto à identidade cooperativa requer três critérios fundamentais: ser uma cooperativa de pessoas e



não de capital, distribuir, de forma justa, o resultado – fizemos isso pelo sistema de sobras –, e ser democrática, um voto por pessoa. Temos tudo isso. É essa a essência do que a ONU define ser uma cooperativa. A 5764 defende isso. Há pequenas rugas aí, mas, na essência, ela é boa.

O que era entulho autoritário – esta é a minha segunda preliminar –, a Constituição enterrou. Graças ao nosso Constituinte de 1988. Parabéns a todos esses Constituintes. Quem estiver aí, eu parabenizo e de forma espetacular. Nós enterramos sete ranços interventórios, referidos pelo Dr. Odacir, pela Constituição de 1988 e não estão mais em vigor, como disse o Senador Bisol, quando se despediu desta Casa. Não estão mais em vigor, foram enterrados. Ainda constam nos documentos, mas sua pratica não mais existe.

Quanto às dez contradições ou erros, equívocos do projeto atual que aí está, primeiro, não há, no art. 1º, § 3º, o Poder Público apoio creditício fiscal. Ora, quando tudo que se quer, a lei atual diz isso no art. 1º, que o Governo vai dar e o Poder Público vai dar apoio creditício e fiscal, nós não temos isso. Temos outros apoios de gestão, de organização, mas não esses essenciais.

O Poder Público tem, em relação às sociedades privadas, de dar apoio creditício e fiscal. Essa é a regra fundamental e ela não está prevista na atual legislação, inclusive de forma um pouco contraditória, porque, lá no fim, ele fala isso, mas não está nas premissas do art. 1º.

Pessoas jurídicas – esse é o maior gravame da nossa legislação, que está aí no projeto. Permite que pessoas jurídicas possam até construir cooperativas, e o art. 15, §1º, diz uma coisa mais grave ainda: “desde que não sejam concorrentes entre si”.

Aí, eu faço a seguinte demonstração: uma montadora de automóveis monta uma cooperativa, não diz o número a atual lei – pode ser com dois, pode ser com três, a lei atual fala em 20 –, mas vamos dizer que fossem 20, no bom senso, na boa-fé. Ela pega seis pessoas físicas e 13 pessoas jurídicas da área de supermercados. Ela forma cooperativa, a montadora forma cooperativa.

Gente, vamos nos dar conta: termina o físico para o Governo. Não tem mais Imposto de Renda. O Brasil inteiro vai formar cooperativas.

O projeto é anacrônico, é contra o Estado, é contra nós. As empresas vão-se transformar em cooperativas, por esse projeto, para não pagar mais tributo.

Não que as cooperativas sejam um privilégio, não. Imposto de Renda de pessoa física, cooperativa não paga porque a pessoa física paga lá, mas as empresas vão-se utilizar desse princípio para se transformarem em cooperativas.

Dr. Senador Suplicy, temos de abrir bem os olhos para esse art. 2º, combinado com o art. 15, art. 10, §1º, porque o capital pode ser total de um só, até 99%.

Um outro fato: a filiação entre singulares está proibida.



Gente, isso é milenar. Até o decreto que era do Getúlio, de 22, permitia que uma companhia poderia se filiar a outra. Agora, proíbe, não sei por quê. É parte da integração cooperativa, contraria o princípio da integração.

Art. 34, a vacância: vacância pelo conselho fiscal – gente, conselho fiscal tem uma missão.

Aí, a contradição, também, do projeto, porque o art. 24, inciso VIII, prevê que haveria uma comissão provisória, mas o *caput* do art. 34 diz que, quando há uma vacância, quem assume é o conselho fiscal. No Brasil, o conselho fiscal fiscaliza. Não é o Poder Judiciário que vai sentar à mesa do Parlamento para ser parlamentar. É a mesma coisa que se cria por essa lei aqui. É a mesma coisa. Vai vir um Ministro do Supremo Tribunal Federal para ser parlamentar aqui.

O voto exercido, possivelmente, pela mulher e pelo filho – isso é anacrônico, gente! Nós queremos a participação do jovem e da mulher.

Quando a ONU apelou, neste ano: “Jovens, venham para o cooperativismo”, nós estamos dizendo que o homem pode mandar o seu filho e a sua mulher para a cooperativa. Ela tem de ser sócia? A mulher tem de ser sócia, o filho tem de ser sócio, e com 16 anos, porque essa é a nossa missão, a de trazer a comunidade brasileira para o processo da democracia cooperativa.

Os contratos e parcerias que estavam previstos no art. 74 – não são parcerias comerciais, são societárias e aí está o perigo, porque diz que poderiam ser para atividades apenas complementares, ou essenciais, até.

Gente, terminaram a agroindústria e a cooperativa. O que estamos vivendo, hoje, é exatamente o fim da agroindústria e, com esse projeto, mata inteiramente, porque as parcerias, as empresas privadas vão tomar conta das cooperativas para terem apenas a matéria-prima dos produtores, via cooperativas. Terminou o cooperativismo brasileiro.

O art. 68, parágrafo único: “dissolução judicial”. Tirou a moratória, esse projeto, mas se esqueceu de dizer que temos de ter equiparação com concordata. Nós não temos nenhuma proteção jurídica de cooperativa; as empresas privadas têm.

Então, a equiparação tem de criar um dispositivo equiparado ao que seria o atual art. 76.

Então, isso exige mais uma... A dissolução judicial não diz “judicial” quando o juiz determina. Então, há uma série de contradições na legislação que está escrita.

O artigo da representação – o crucial problema, no meu entender, é todo resolvido pela Constituição de 88.

Creio que têm duas funções os órgãos de representação. De um lado, as cooperativas se filiam, livremente, ao órgão que quiserem, porque a Constituição assim diz. Nós lutamos por isso, para que o Estado saísse e que as cooperativas tivessem liberdade de opção, mas tem que haver o registro e o cadastro e o Ministério da Agricultura sempre fazia isso ao longo da história do



cooperativismo brasileiro. E em 1971 o Ministro Cirne Lima disse que passaria isso para as cooperativas, para a OCB. Então, tem que haver um registro e um cadastro obrigatório, porque senão vamos perder as informações, ninguém terá mais os dados. Assim, é importante manter clara essa distinção entre registro e cadastro.

No caso há uma omissão fundamental da legislação. Eu esperava tudo, menos o que se esqueceu: a omissão de penalidade. Os países mais avançados do mundo... Pegue a Alemanha que tem penalidades gravíssimas para cooperativas irregulares. Então, a certificação tem que ser dada. Cooperativa irregular na Alemanha: em primeiro lugar, não pega dinheiro público; em segundo, vai à falência, não tem liquidação; em terceiro, não alcança as condições do ato cooperativo, portanto, vai ser empresa igual à outra em termos de tributação. E em quarto, os diretores não podem ser reeleitos.

Sugiro, Senador Moka, que incluamos isso na nossa lei que tem um cunho eminente liberal, evidentemente, sem intervenção do Estado, como a Constituição a faz, mas temos que incluir penalidades para as cooperativas. Hoje não há nenhuma penalidade. Forma-se a cooperativa, está irregular, vai para a outra, irregular, e não há punição.

Eu, que sou presidente de uma entidade do Estado, não consigo punir as cooperativas. A única coisa que nos resta quando uma cooperativa opera com o dinheiro público é encaminhar para o Ministério Público tomar alguma providência. A única. Quando não tem dinheiro público em jogo, a cooperativa é eminentemente com recursos particulares, só nos resta dizer que continue funcionando, porque não há mecanismos para afastar uma cooperativa irregular. Felizmente, não são muitas no País.

O último ponto. As três questões que a lei não resolveu. Em primeiro lugar, a regulamentação do ato cooperativo. Estamos esperando isso há 23 anos. O Congresso deve isso ao cooperativismo brasileiro. Em segundo lugar, as agências reguladoras interferem demais. Se afastamos o Estado, as agências reguladoras são piores do que o tempo do governo do Incra. E digo isso porque fui 12 anos funcionário do Incra. Não intervínhamos tanto quanto a ANS na área da saúde, nas operadoras, e nem a Aneel, nas cooperativas de eletrificação rural, que mandou separar em duas. Quando fere a identidade cooperativa, o Estado não pode interferir. O Estado não pode interferir na identidade; pode em outras coisas, mas não na identidade.

E o último ponto mais grave. A lei não resolve a capitalização. Certificados, parcerias não resolvem, nem capitalização própria. Hoje, nós precisamos – para resumir em meio segundo – alcançar o BNDES para as cooperativas.

O cooperativo agropecuário estará morto em dez anos. Não temos como resistir à investida de bilhões de reais em empresas concorrentes de cooperativas sem recursos próprios e nós com o PROCAP-AGRO com juros de



9,5% para investimentos. Essa é a contradição, esse é o discurso, essa é a realidade! Não adianta dizer que não. PROCAP-AGRO com juros de 9,5% e as empresas concorrentes ganham custo zero, porque a participação financeira do BNDESPar... e foram injetados R\$70 bilhões nos últimos 20 anos para empresas concorrentes de cooperativas agropecuárias.

Portanto, no meu entender, a nossa proposta é reformular isso com o BNDES, Senador Moka, e oferecemos 50% das sobras para o BNDESPar a fim de remunerar as ações de investimentos. E o BNDES ainda vai ter remuneração melhor do que as empresas privadas hoje oferecem na questão do BNDESPar.

Obrigado pela oportunidade e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a exposição lúcida. E sobre essa questão do BNDES, vamos abordá-la mesmo. Essa história do BNDES financiar grandes empresas e impor uma dificuldade extrema para conseguir recursos para as cooperativas, vamos ter que realmente lutar contra isso no Congresso.

Mas quero chamar a atenção para o fato de que temos que estar juntos mais do nunca: as cooperativas solidárias, a OCB. Temos que formar um bloco monolítico. Assim, vamos ser muito mais fortes para fazermos esse enfrentamento que, às vezes, é necessário.

Concedo a palavra ao Prof. Paul Singer.

O SR. PAUL SINGER – Bom dia. Quero agradecer o convite da Comissão de estar aqui nesta audiência e dizer que temos problemas, e problemas graves, com o cooperativismo da economia solidária, que é formado por praticamente 100% de pessoas pobres, subcapitalizadas e informalizadas contra os seus desejos.

No mapeamento que a Secretaria Nacional de Economia Solidária faz regularmente, praticamente 90% dos empreendimentos em economia solidária são informais. Há um obstáculo total a que cooperativas de pessoas pobres possam se formalizar. Eles desejam, e isso leva anos; não leva meses, leva anos, com sacrifícios inacreditáveis.

O sistema atual, que exige a formalização das cooperativas nas juntas comerciais, é totalmente discriminatório, não contra a raça, não contra o gênero, mas contra a condição econômica. Dá a impressão de que cooperativa de gente pobre não deveria existir. Existe. E existe em quantidade enorme. Simplesmente à margem da lei. Não paga impostos e não recebe benefícios. Isso é uma injustiça gritante e que a lei terá, a meu ver, que superar.

Há que se criar uma forma descente e humana para que cooperativas de gente pobre, mas conseguiu se organizar e está ficando menos pobre, está deixando de ser extremamente pobre, dentro do plano do Brasil Sem Miséria, possa se registrar com a mesma facilidade de qualquer empreendimento econômico. Não é fácil no Brasil. O Brasil não é um país que se destine pela facilidade com que inclusive os empreendimentos econômicos capitalistas possam



viver dentro da lei. Mas nada se compara às cooperativas, todas as cooperativas de indígenas, de quilombolas, de pequenos agricultores, de extrativistas, de pescadores e assim por diante.

Eu diria que essa é talvez a principal missão que esta lei que estamos discutindo já há tantos anos... Eu me encontro no Governo Federal há nove anos, e desde as primeiras semanas que assumi estive aqui no Parlamento discutindo exatamente esses mesmos pontos.

No que se refere à representação, do jeito que está é um absurdo. No mundo inteiro, no Brasil também, os representantes são escolhidos pelos representados. Ou não é assim? No Brasil, a lei impõe o sistema. A OCB representa todas as cooperativas e ponto final. E vem lá de trás, do regime militar. Manter isso dessa maneira é absolutamente antidemocrático. Não dá para fazer.

Há uma diferença entre as cooperativas, elas não são homogêneas. Pelo contrário, as cooperativas são tão heterogêneas quanto a sociedade brasileira. Somos campeões ainda em desigualdades. O cooperativismo reflete isso. Não pode deixar de refletir. Dizer que há uma mesma representação de todos está errado.

É preciso criar um sistema democrático em que o cooperativismo escolha quem os represente na sua diversidade, nos seus antagonismos e interesses. Não vamos negar. É fácil falar em estarmos todos de acordo. Eu participo, com prazer, desse discurso, mas ele não tem nada a ver com a realidade. Há uma luta pela terra, uma luta pelo Código Florestal, uma luta pela preservação da natureza. Estamos com a Rio+20 à porta.

Seria absurdo que, ao legislar sobre o cooperativismo, tudo isso fosse deixado de lado, como se não existisse, como se fosse um ramo econômico qualquer. Não é um ramo econômico; é uma modalidade de organização econômica de qualquer tipo de atividade econômica. Nossa legislação tem de abordar não só as cooperativas agrícolas, e aqui estamos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para as cooperativas industriais, as cooperativas de artesãos, as cooperativas comerciais, de tudo. Temos que ter uma lei geral do cooperativismo, entendendo que o cooperativismo é uma parcela crescente da economia brasileira como um todo. Portanto, tomar a cooperativa agrícola como um modelo do cooperativismo brasileiro está errado. Não dá para tomar nenhum tipo específico de cooperativa como sendo a representação do cooperativismo brasileiro. Não representa. As cooperativas de trabalho hoje são em maior número do que as cooperativas agrícolas, mas elas também não representam todo o cooperativismo. Portanto precisamos ter o sistema democrático da representação, em que as diferenças por tipo de atividade e sobretudo as diferenças socioeconômicas possam estar refletidas em um sistema flexível, democrático de representação.

Eu gostaria de alertar o Senado, através desta audiência, contra um sistema rígido de representação nacional, que exige uma enorme



representatividade de cada órgão da representação. Isso enrijece e limita as opções. Eu diria que as pequenas cooperativas deveriam ter o mesmo direito de terem pequenas cooperativas como seus representantes, escolhidas por elas, com mandato. E não exigir que, para ser representante do cooperativismo brasileiro, uma cooperativa ou uma associação de cooperativas tem que estar em todos os Estados brasileiros e representar todos os setores do cooperativismo de uma vez. Por quê? Por que não podemos ter, na representação política do cooperativismo, as cooperativas dos garimpeiros se eles o quiserem? As cooperativas das empresas industriais recuperadas pelos seus próprios trabalhadores se eles o quiserem? Por que não? Por que não se criar um sistema como qualquer outro?

Vamos pensar no sindicalismo. Temos hoje muitas centrais sindicais formadas pelos trabalhadores e ponto final. Não se exige, para ser uma central sindical, que esteja no Brasil inteiro e em todos os ramos de atividade econômica. Há centrais sindicais as mais diferentes. Algumas enormes, como a CUT, a Força Sindical, outras menores. Estou meramente tomando como modelo. Quer dizer, se não há restrição para que os trabalhadores assalariados se façam representar, por que os trabalhadores cooperativados não têm a mesma liberdade? Eu, pelo menos, defendo aqui o sistema o mais democrático possível para que o cooperativismo, que vem se desenvolvendo muito no País e no mundo inteiro, tenha a sua adequada representação e, portanto, possa defender os seus interesses e ajudar a transformar este País, esta sociedade, esta economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Prof. Paul Singer. Só gostaria de dizer-lhe que esta é uma das Comissões. Eu presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo, conheço todos os ramos e tenho clareza de que, embora as cooperativas agropecuárias hoje representam, sem dúvida nenhuma, uma força muito grande, elas não são as únicas. Para nós aqui, o esforço vai ser no sentido de um projeto que contemple todos os ramos. O senhor pode se tranquilizar nesse aspecto. Talvez a força maior da representação esteja, dentre as comissões, nesta Comissão de Agricultura, mas, por exemplo, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu já disse, a atual Ministra Gleisi Hoffmann já relatou esse projeto. Existe uma versão hoje relatada pelo Senador Lindbergh, se não me falha a memória.

Mas, conforme eu já disse, na verdade, nós temos várias versões e temos que promover um texto que seja o mais convergente possível. Vou insistir no acordo, agora, não tendo acordo, em algum momento nós vamos a voto. Também não podemos ficar a vida inteira discutindo, discutindo. Terá que ter uma decisão sobre esse projeto.

Com a palavra, eu o chamo de ex-Ministro, mas, na verdade, Roberto Rodrigues está aqui. Ele foi presidente da Cooperativa Agrícola de Crédito, foi presidente da OCB, foi presidente da Aliança Cooperativa Internacional – acho que foi o único brasileiro que presidiu a Aliança –, e é professor de



cooperativismo da Unesp, em Jabuticabal, desde 1967. Portanto, para nós, uma referência no cooperativismo.

Com a palavra, o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente Moka, Srs. Senadores, permitam-me saudá-los na pessoa da Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com todos os senhores nesta manhã.

Presidente, serei bastante sucinto na minha fala, porque o Vergílio colocou os temas centrais em relação ao projeto em tramitação, os quais subscrevo integralmente.

Quero tratar de duas questões apenas. Uma é eminentemente doutrinária. O cooperativismo é doutrina. O cooperativismo não é sindicalismo, não é associativismo, é uma doutrina, com princípios universalmente aceitos, com valores básicos aceitos em todos os países, seja de qual for a sua origem política, religiosa, ideológica.

O cooperativismo é uma doutrina com sete princípios universais. E esses princípios são defendidos universalmente por uma única instituição mundial, chamada Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Genebra, na Suíça, que afilia mais de cem países relacionados, com cerca de um bilhão de pessoas afiliadas a cooperativas do mundo inteiro. Se imaginarmos que cada cooperativista tem três dependentes, são quatro bilhões de pessoas, quando a população do mundo tem sete bilhões. Então, temos hoje mais da metade da população do mundo ligada direto ou por intermédio de algum tipo de cooperativa.

Não há nenhuma organização, nenhuma doutrina mais forte, defendendo a democracia, defendendo a paz, do que o cooperativismo, razão pela qual a própria ONU decretou 2012 como Ano Internacional do Cooperativismo. A ONU, que é a instituição responsável pela defesa da democracia e da paz, atribuiu ao cooperativismo mundial essa condição doutrinária. Então, é a doutrina.

Doutrina tem uma definição clássica, também universal, que é trisecular. Cooperativismo é uma doutrina que visa a corrigir o social através do econômico. Essa é a definição clássica. E a legislação não pode fugir disso, Presidente. A legislação tem que conceitualizar a doutrina muito claramente. E ela tem de ser um instrumento de veiculação dessa doutrina.

Cooperativismo é uma doutrina. Mal comparando, o cristianismo é uma doutrina. Qual é o instrumento do cristianismo? É a Igreja. Qual o instrumento do cooperativismo? A cooperativa, que é uma empresa, uma empresa que tem de competir, tem de avançar, tem de progredir, tem de conferir aos seus associados uma condição de avançar economicamente, para ter a escalada social, para cobrir doutrina. O instrumento da doutrina é a cooperativa. Portanto, ela é uma empresa. Não é uma empresa capitalista, porque ela tem uma vertente social clara. E aí são os temas todos que o Vergílio colocou: cada homem é um voto, aquela questão toda que já sabemos aqui.



Cooperativa não é uma entidade assistencialista, ela é uma empresa. Ela não é uma entidade de economia solidária, ela não pode ser paternalizada pelo Estado. Ela tem de ser livre. É um princípio da cooperativa. Um dos princípios: autonomia é independência. Em relação a tudo, inclusive ao Estado. Ela tem de ser livre. O Estado quer paternalizar organizações civis para promover a riqueza. Está certíssimo, está absolutamente certo. Mas talvez não seja através de cooperativa. A cooperativa é uma empresa.

Finalmente, Presidente, uma cooperativa, para ter sucesso, precisa de três condições básicas. Isso é universal, não é um problema brasileiro, é universal. Primeiro, ela tem de ser necessária. Não adianta colocar cooperativa de cima para baixo. Cooperativa é um movimento de base, ela tem de ser necessária. Os futuros associados têm de sentir a necessidade de criar uma cooperativa para sobreviverem de alguma forma. Quando são agredidos por mecanismos, sobretudo de caráter capitalista ou liberal, organizam-se para enfrentar isso e, dessa forma, sobrevivem num mundo altamente competitivo.

Então, tem de ser necessária. Se não for necessária... Eu já vi governos... Fui presidente da Aliança Mundial das Cooperativas, senhores. Eu visitei 81 países do mundo, cooperativas do mundo inteiro: agrícola, de trabalho, de crédito, de consumo, de habitação, de todo tipo.

Eu fui presidente de cooperativa singular, fundei cooperativa de crédito, presidi a OCB, presidi a Copac, a organização mundial de cooperativas, maior que a ACI, inclusive, que incorpora a ONU, a FAO e a OIT. Presidi a Copac, também em Genebra, durante quatro anos, então, devo dizer aos senhores o seguinte: cansei de ver governos criarem mecanismos para apoiar cooperativa, fazer crescer cooperativa. Não funciona! Se os associados não quiserem, não funciona.

Inclusive, no Brasil, no regime militar, quando foi criado o Incra, criaram-se cooperativas integrais de reforma agrária – CIRAs. Centenas de CIRAs foram criadas de cima para baixo.

O governo criava cooperativas para quê? Para estimular as pessoas pobres a crescerem. Não funcionou. Não tem mais nenhuma, todas desapareceram. Por quê? Porque não era uma necessidade, não era uma demanda dos associados. Tem de haver a demanda dos associados.

O governo tem de paternalizar? Sim. Tem de fazer com que os pobres cresçam? Sim. Brasil sem miséria? Sim, mas talvez não seja através de cooperativas. Outra lei, uma lei de economia solidária, para ter um outro mecanismo que não seja a cooperativa.

Primeiro, tem de ser uma necessidade.

Segundo, tem de ser viável economicamente. Não vai funcionar para o Brasil com subsídio pela vida inteira. Tem de ser livre do Estado; tem de ser viável economicamente. Não é uma sociedade beneficente, não é uma associação de pobres. É uma associação para conquistar o mercado e que pode incorporar,



como o Vergílio me conta aqui: no Rio Grande do Sul, 82% dos associados de cooperativas são da agricultura familiar, e estão no mercado, estão competindo, exportando via cooperativas. Empresas competitivas, eficientes, geridas pelos seus associados. Chama-se autogestão.

Terceira condição, Presidente... Primeira condição: tem de ser necessária. Segunda: tem de ser viável. Terceira: tem de ter liderança com espírito associativo. Não adianta, como fizemos no passado, botar uma cooperativa: "Agora, vai fulano, que vai lá de Jaguariúna, administrar uma cooperativa de Campo Grande." Não funciona. Tem de ser gente com liderança local, que tenha condição de transmitir aos associados a visão cooperativa e de trabalhar em conjunto.

Eu queria trazer essa visão, Sr. Presidente.

É uma doutrina e, portanto, é fundamental que haja unicidade de representação. Não é uma associação de classe, é um instrumento que verbaliza e defende a doutrina, com seus princípios.

Não podemos ter três igrejas representando, ou cinco igrejas representando a mesma doutrina. É uma doutrina só! Senão, o que acontece é o cisma, e o cisma, a divisão, é o que deseja o adversário do cooperativismo, que é o quê? É a empresa capitalista radical, que só pensa em lucro.

O cooperativismo tem de ser forte, poderoso – seja pequena, média ou grande cooperativa –, para que possa representar o sistema integralmente e possa construir a condição de crescimento social, através de avanços econômicos.

De modo que a minha posição é apenas esta, Presidente: clarear que cooperativismo é doutrina; que o instrumento é cooperativa; e que cooperativa tem necessidade de ter representação. E que cooperativa não é assistencialista, não é entidade beneficente. É empresa.

Entidade beneficente é fundamental, é necessária, mas é outra coisa, é para outra lei.

SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele falou, e eu anotei os três princípios: é necessária, é viável economicamente, e o terceiro?

O SR. ROBERTO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Liderança. Liderança com espírito associativo, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer a fala do ex-Ministro Roberto Rodrigues e dar uma notícia que me passaram aqui, Roberto.

O Ministro Roberto Rodrigues vai assumir como Embaixador do Ano Internacional das Cooperativas, indicado pela FAO, que é um órgão da ONU.



Eu o parabenizo e o Brasil estará muito bem representado. (*Palmas.*)
Parabéns.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, não era para contar isso. Isso será terça-feira que vem ainda, não vamos contar com essa coisa, não.

A verdade é a seguinte: a FAO, como todos sabem, é dirigida, hoje, pelo Dr. José Graziano da Silva, que foi nosso Ministro da área de desenvolvimento solidário, aqui no Brasil, e que foi eleito com uma pequena diferença numa disputa muito clara entre ricos e pobres. Ganhamos por dois votos, com uma dificuldade enorme na votação final.

Mas o Graziano, que é um homem com um espírito solidário muito grande – conversei com ele logo depois que ele tomou posse –, ele disse que era um absurdo a instituição da ONU, que cuida de agricultura e alimentação, não ter um departamento de cooperativismo. Não tinha um departamento de cooperativismo. É o fim do mundo. Como vai desenvolver a agricultura na África, ou nos países da América Latina ou no Brasil, em algumas áreas, sem cooperativismo? E ele concordou e vai criar um departamento de cooperativismo. Nós combinamos, então, que será feito no Dia Internacional do Cooperativismo, que é o primeiro sábado do mês de julho.

Portanto, vamos a Roma na segunda-feira que vem para combinar com a FAO como será essa solenidade em parceria com a ACI. Há poucas semanas, o Graziano decidiu criar um cargo de embaixador da FAO e da ONU para o cooperativismo ao ensejo deste ano e me convidou para esse cargo.

Acho que isso é uma coisa honorífica, não tem nenhuma vantagem adicional, só vou viajar um pouco mais do que eu quero, mas acho que é uma questão interessante. E se o senhor me permitir falar um pouco sobre história. Dou aula em Jaboticabal desde 1967. São 45 anos dando aula de cooperativismo. Agora faço 70 anos e, na Universidade de São Paulo, chamam isso de expulsória, pois você é obrigado a se aposentar. É compulsória, mas, na verdade, é expulsória. Então eu me aposento definitivamente desse negócio com dor no coração, porque adoro o cooperativismo e também falar sobre esse assunto. Mas ganho a condição de falar sobre o cooperativismo no mundo inteiro por esse cargo que a FAO me oferece. Portanto, fecha-se uma porta e abre-se outra.

Agradeço muito pela gentileza, mas é apenas uma questão honorífica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós é que nos sentimos muito bem representados.

Passo a palavra para o Sr. Luiz Ademir Possamai, mas antes quero que vocês me entendam. Hoje, estou indo para uma reunião na Secretaria de Direito Econômico para tratar de um assunto, que é a questão da concentração do mercado da carne no nosso País. Mais de dez entidades desse segmento vão ser



recebidas pelo Secretário de Direito Econômico, Sr. Vinícius de Carvalho, e já estão aí no meu gabinete. Mas lá não deve demorar.

Para tanto, convido a Senadora Ana Amélia para assumir a Presidência por ser autora do requerimento que propiciou a vinda de ilustres representantes. Não poderíamos ter uma Mesa melhor representada para discutir o cooperativismo. E insisto: vou perseguir um texto para que possamos fazer uma grande convergência e fortalecer ainda mais o cooperativismo.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka. Desejo êxito nessa empreitada, que é necessária para os interesses do setor primário, agropecuário brasileiro.

Queria também destacar que fui requerente desta audiência pública junto com o Senador Eduardo Suplicy, que, tanto quanto eu, tem grande interesse nesta matéria.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Luiz Ademir Possamai, para falar.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Srª Presidenta, queria explicar ao ex-Ministro Roberto Rodrigues que precisei sair e corri até a sala seis porque precisava assinar o quorum, mas estou aqui de volta. Acho que perdi um minuto e meio da sua exposição, foi o tempo de ir até lá e voltar, mas era importante. Desculpe.

Aqui temos que estar em três ou quatro lugares simultaneamente nas manhãs de terça, quarta e quinta-feira. Perdão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tive o mesmo problema, Senador Eduardo Suplicy. Tive que abrir uma reunião na Comissão de Assuntos Sociais com o Senador Casildo Maldaner. Esse é o problema do Senado sobre o qual já falamos diversas vezes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mesmo problema meu, pois terei que me afastar para presidir a Comissão de Relações Exteriores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu também faço parte dessa Comissão. Mas o nosso dia a dia é assim, para a população que nos ouve e nos assiste pela TV Senado entender os dilemas que temos nessas escolhas.

Então, como disse, passou a palavra ao Dr. Luiz Ademir Possamai.

O SR. LUIZ POSSAMAI – Eu quero saudar a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy, parabenizando-os pela iniciativa de a gente ter esse momento oportuno de fazer esse debate de um segmento tão importante da sociedade brasileira que é o cooperativismo.

Quero saudar os demais Senadores, os colegas aqui da Mesa, do sistema OCB, da Unisol, do Governo, os colegas da Secretaria – a gente vê uma



porção deles aqui no plenário –, os colegas diretores das cooperativas e da Economia Solidária, também, que estão aqui prestigiando este momento.

Eu quero começar a falar, Ana Amélia, da importância do desenvolvimento do rural e também do urbano brasileiro. Para mim, não há outra saída tão importante para o desenvolvimento se não for o cooperativismo. O cooperativismo tem um papel muito importante da inclusão das pessoas das famílias.

Há poucos dias, eu estava numa assembleia de uma cooperativa num Município que pouca gente deve conhecer aqui que é Honório Serpa, no interior do Paraná. O Prefeito sentou-se ao meu lado e eu tive o prazer de ouvi-lo dizer que hoje seria mais importante ser presidente da cooperativa lá do Município dele, uma pequena cooperativa, do que ser prefeito da cidade, pelo volume de recursos que essa cooperativa injeta no Município. É maior do que toda a movimentação da prefeitura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, qual é a cidade?

O SR. LUIZ POSSAMAI – Honório Serpa, no interior do Paraná. O Prefeito disse-me isso à mesa: “É mais importante ser presidente da cooperativa”. É uma pequena cooperativa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em Santa Catarina, as eleições para as cooperativas são mais movimentadas até que as eleições para prefeito municipal.

O SR. LUIZ POSSAMAI – É. Então temos essa oportunidade. O Senado está vendo a oportunidade de debater esse tema.

As pequenas cooperativas são tão importantes quanto as grandes cooperativas. A gente reconhece o papel de todas elas. Mas nós, as pequenas iniciativas, sejam elas de economia solidária, precisamos desse aporte, desse apoio, desse reconhecimento da sociedade brasileira.

Estamos aí no Ano Internacional das Cooperativas. A própria ONU reconhece; o mundo reconhece isso. É impossível que nós no Brasil não tenhamos a coragem de ter uma lei que inclua todo mundo. Há alguns detalhes. Precisamos nos entender em alguns princípios, algumas coisas assim, mas o princípio cooperativo é o mesmo para a pequena e para a grande, assim como há hoje na regra financeira. Tanto faz para uma pequena cooperativa que comece com R\$3 mil e vinte associados.

Aliás, o grande papel das cooperativas não é só o econômico, é o social. É fazer com que as pessoas consigam ter oportunidade. E há muita gente que até hoje tem oportunidade porque passou pelas cooperativas; teve oportunidade de ser o que é na vida pelo cooperativismo.

Então, quero mais uma vez agradecer a oportunidade. O Prof. Daniel vai falar com mais detalhes sobre o nosso pensamento, a nossa luta pela inclusão



das pequenas cooperativas da agricultura familiar e economia solidária nesse esforço desse projeto de lei.

Aqui a gente reconhece que quando o projeto de lei começou a ser discutido as nossas cooperativas de economia solidária praticamente não existiam. Então, nos últimos dez anos, o Prof. Singer aumentou o número das cooperativas. Eu acho que foi oportuno, porque a lei não foi mexida há dez ou onze anos e está sendo debatida hoje, para que a gente possa fazer a inclusão dessas cooperativas.

Eu vou pedir ao Prof. Daniel que fale um pouquinho mais sobre os detalhes daquilo que nós achamos que é importante estar incluído na lei, para que a gente possa ser incluído também neste momento no cooperativismo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Prof. Daniel Rech, que vai complementar o tempo do Luiz Ademir Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Como temos aqui os microfones, eu gostaria que o senhor viesse até a frente. Inclusive porque essa transmissão é da TV Senado e é preciso que haja o mesmo tratamento. O senhor vai ter cinco minutos e dezoito segundos para fazer a exposição.

O SR. DANIEL RECH – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que é do meu Estado e que o representa muito bem.

Eu agradeço a oportunidade de complementar algumas informações. Na verdade eu queria apenas destacar que, em relação aos projetos de lei que estão em tramitação, chegamos a um consenso muito próximo daquilo que seria ideal para uma nova lei das sociedades cooperativas.

Existem, de fato, duas versões...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Rech, eu peço licença a V. Srª. Há um projeto meu de grande relevância em uma comissão que está neste momento sendo examinado. Eu preciso fazer a defesa dele e voltarei aqui. Então, peço ao Senador Suplicy que venha assumir a Presidência, e você pode, por favor, continuar a exposição. Em seguida, eu retorno. Obrigada.

O SR. DANIEL RECH – Obrigado, Senadora.

A questão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço apenas para descontar o tempo – dois minutos a mais.

Com a palavra o Prof. Daniel Rech.

O SR. DANIEL RECH – Então eu me referia exatamente a duas versões em relação ao relatório do substitutivo: a primeira versão, que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, e a segunda versão, em uma revisão feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Na verdade, em relação a isso, depois de muitas contribuições, de muitos acertos, acho que chegamos a pontos absolutos de consenso. Havia duas



pendências às quais eu deveria me referir, Senador Suplicy. A primeira, que me parece que vem sendo resolvida, diz respeito à questão do registro. E o Prof. Vergílio Perius teve a gentileza de contribuir no sentido de avançar não numa licença prévia, mas no sentido da constituição do cadastro. A mim me parece que, com isso, nós chegaríamos a um consenso a respeito da questão do registro. Mesmo porque a licença prévia é proibida pela Constituição.

Fica, portanto, pendente, Senador Suplicy, a questão da representação. Preocupam-me fundamentalmente os argumentos apresentados, tanto pelo ex-Ministro Odacir Klein quanto pelo Ministro Roberto Rodrigues, em relação à obrigatoriedade da unicidade de representação.

Há, Senador, inúmeras posições no sentido de que é impossível exigir, frente à determinação constitucional, a filiação a um sistema imposto por lei.

Celso Bastos, no livro *Curso de Direito Constitucional*, diz que existe a impossibilidade de as autoridades públicas imporem a adesão. E o próprio Celso Bastos e Ives Gandra Martins, num livro também sobre a Constituição Federal, dizem que o direito de não se associar é válido e indiscutível relativamente nas ações de caráter privado, não ocorrendo o mesmo no que diz respeito às instituições de direito público.

Nesse caso dos colegiados profissionais, a que se referiu o Senador Odacir Klein, sustentam os autores que a compulsão está justificada pelo princípio da solidariedade social e pelas exigências do mundo contemporâneo. Mas isso não vale para as outras iniciativas, principalmente frente à determinação constitucional de que ninguém é obrigado a associar-se e muito menos permanecer associado.

Pinto Ferreira afirmou em livro, também, que o princípio da tutela jurídica constitucional do direito de associação refere-se diretamente às pessoas jurídicas de direito público, e não às de direito privado. Portanto, as de direito privado não podem ser obrigadas compulsoriamente a aderir a um único sistema de representação.

Finalmente, Whitaker, também, com diversos autores sobre Direito Constitucional, diz que documentos ou votos de perpetuidade, filiação, em face da pública constitucional vigente entre nós, de nada valem, ficando o interessado livre a qualquer tempo para invocar, onde preciso e couber, a garantia individual da liberdade, seja da pessoa física como também da pessoa jurídica, porque a argumentação de que o dispositivo constitucional de que ninguém é obrigado a associar-se ou a permanecer associado está relacionado tanto às pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas.

Nesse sentido, então, há necessidade, efetivamente, frente à disposição clara constitucional de que não se pode impor uma estrutura de representação única, de se avançar, no sentido de que seja preservada a liberdade de organização das cooperativas.



Se conseguirmos, Senador, avançar nesse sentido, teremos constituído uma lei que promova as cooperativas e que promova, inclusive, a liberdade democrática das cooperativas de se constituírem na forma representativa, e, com isso, poderemos inserir o movimento cooperativista brasileiro no âmbito da doutrina cooperativista internacional, que se refere especificamente à liberdade de organização e à não interferência estatal, impondo restrições a essa perspectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado ao Sr. Daniel Rech, que, há muitos anos, vem colaborando com os projetos relativos à constituição das cooperativas, por sua tão enriquecedora contribuição para estarmos aqui trazendo luz para o debate.

Tem a palavra o Sr. Arildo Mota Lopes, Diretor Presidente do Conselho Executivo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil).

O SR. ARILDO MOTA LOPES – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Senador Eduardo Suplicy, que preside a mesa; cumprimento Luiz Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); cumprimento o Jerônimo, do MDA; cumprimento o Roberto Rodrigues.

É uma honra, Roberto Rodrigues. Quando eu não era cooperativista, eu ouvia muito falar de você, do Daniel Rech, que são grandes mestres e professores em quem nos inspiramos para poder tocar esse cooperativismo do século XXI.

Cumprimento o Vergílio; cumprimento os demais gestores públicos; meu amigo Márcio de Freitas, que acabou de ser reeleito.

Parabéns, Márcio, pela reeleição para mais um mandato frente à OCB.

Cumprimento os amigos, o Ney Barros, do Rio Grande do Sul; os demais cooperativistas do sistema Unicafes; e os gestores.

Estamos debatendo, aqui, no Parlamento brasileiro, especificamente no Senado, a Lei Geral. Vimos debatendo isso desde 1999.

Como disse o Roberto Rodrigues, este é um ano muito especial para nós, e o Roberto Rodrigues tem muito a ver com isso, quando ajudou, no debate da ONU, que 2012 fosse o Ano Internacional do Cooperativismo.

No cooperativismo, Suplicy, não há divergência ideológica conceitual. Não é esse o debate; o debate é outro. E nós, Suplicy, num esforço grande, Márcio de Freitas, conversando com as nossas bases, com as OCBs regionais, a Unisol discutindo com a sua base, a Unicafes, temos a oportunidade de modernizar a Lei nº 5.764. Preocupei-me, quando o Vergílio falou um pouco a respeito dessa lei. Creio que podemos aperfeiçoar ainda mais, se for necessário, o



relatório do Casagrande, mas penso que seja um bom relatório, num belo esforço discutido com todas as entidades de representação.

Digo isso porque estamos no Ano Internacional do Cooperativismo, Roberto Rodrigues, e as pessoas não sabem sobre o que consomem, os alimentos, as cooperativas de serviço, a produção, as eletricitárias, enfim, sobre esse conjunto de cooperativas que produz e que tem uma representação importante no PIB brasileiro.

Portanto, necessitamos modernizar a Lei nº 5.764. O relatório do Casagrande traz à luz novidades importantes sobre a modernização. Por que digo isso? Na cooperativa da qual sou sócio, faturamos, em média, R\$200 milhões, por ano. É uma cooperativa de uma empresa recuperada. E nós, com toda a competência, com toda a gestão, pois é uma empresa, temos que cuidar dos sete princípios cooperativistas, temos que fazer esse debate na sociedade, no Município, porque as pessoas não sabem disso. Então, por ser o Ano Internacional, não podemos ficar só no *marketing*, apesar de que seja importante que a sociedade saiba da necessidade do cooperativismo, do associativismo, mas precisamos, no Parlamento, no Executivo e no Judiciário do nosso País, avançar. As empresas tradicionais, por algumas variações de mercado, têm sido apoiadas, o que é importante, mas nós, do cooperativismo, precisamos avançar na questão da Lei Geral do Cooperativismo, na questão do ato cooperativo e na questão tributária, que também está no nosso Parlamento.

Cumprimento a nossa Senadora Ana Amélia, que tive a oportunidade de ver na Agrobrasília, muito rapidamente, e que é uma pessoa que entende do cooperativismo.

Estou dizendo, aqui, Senadora, que não temos divergência conceitual de princípio, de ideologia. Todos somos cooperativistas de pequenas, médias, grandes cooperativas. Não quero ser repetitivo, mas disse, aqui, aos companheiros, e digo isto para a Ana Amélia, que nós, da Unicafe, da OCB e da Unisol, com o Presidente Márcio de Freitas, temos feito um esforço muito grande para trabalhar à frente deste Parlamento a fim de que possamos modernizar a Lei Geral do Cooperativismo, a questão do ato cooperativo, a questão da tributação, porque, como disse anteriormente, quando você vai acessar um crédito, quando você vai participar de uma licitação, cooperativa não pode participar.

Mas representamos 6% do PIB do Brasil. Insisto, somos todos cooperativistas. O que está pegando, aqui, meus senhores e minhas senhoras, é a questão da representação e do registro. Não vamos nos enganar; vamos trabalhar para um grande acordo para que possamos avançar e destravar isso que está parado no Parlamento brasileiro. Este é o grande debate: é a questão da representatividade e a questão do registro. E é importante que surjam novas entidades de representação, porque, às vezes, um sistema não abarca o surgimento de cooperativas como a minha, que vem de uma empresa recuperada, que quebrou. E, no Brasil, existem alguns casos de sucesso. No nosso caso,



vimos tocando isso desde 1995. São 500 cooperativistas, homens e mulheres, que têm um faturamento médio de R\$ 200 milhões e que, este ano, acaba de pagar o BNDES.

Mas vamos falar de inovação tecnológica?

A própria agricultura brasileira, acabei de ler um artigo do Roberto Rodrigues sobre isto, em 2000, exportava R\$20 bilhões; agora, exporta R\$100 bilhões; em 2020, R\$200 bilhões; em 2030, exponencialmente. Existe a pequena cooperativa da agricultura familiar, que produz para o consumo interno, mas também são importantes as médias e as grandes cooperativas para que possamos ter uma balança comercial virtuosa e equilibrada.

Portanto, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, temos de fazer uma grande festa no Parlamento para comemorar o Ano Internacional do Cooperativismo, mas precisamos avançar naquilo que falei anteriormente: não é fácil ser sócio de cooperativas, não é fácil fazer gestão, precisamos de instrumentos modernos para que haja competitividade com as empresas tradicionais que estão colocadas.

Dito isso, digo para o Vergílio, para o Roberto Rodrigues e para o Suplicy, principalmente para este, que tem nos convidado e colocado para fazer um debate da questão da representatividade, que, se fizermos um acordo com este Parlamento, acho que teremos condições, este ano, de aprovar a lei geral e avançar na questão tributária.

O grande debate que está colocado: se a representação é um problema, por que não criamos critérios, critérios rigorosos, para que seja uma entidade de representação e para que possamos avançar na questão do registro?

Dito isso, Suplicy, demais companheiros, tenho que elogiar o trabalho do Márcio de Freitas, frente a essas outras entidades de representação, tanto a Unisol quanto a Unicafe, o próprio Senador Suplicy e muitas outras pessoas. Nós precisamos avançar nessa questão, Roberto Rodrigues, porque, no século XXI, as cooperativas têm que ter uma gestão competente, têm que trabalhar a inovação tecnológica, têm que trabalhar a agregação de valor, porque, senão, não vamos conseguir gerar renda e distribuir com equidade.

Então, esse é o nosso grande debate, Senadora Ana Amélia. E nós estamos abertos para fazer um debate coerente, com tranquilidade, com transparência, para que possamos construir consensos. Venho a esta Casa, desde 1999, e ficaria eu muito feliz se, no Ano Internacional do Cooperativismo, o Brasil tivesse um gesto e nós conseguíssemos o maior número possível de leis que pudessem apoiar esse cooperativismo, que, há várias décadas, vem gerando riqueza e distribuindo renda neste País.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Sr. Arildo Mota Lopes, pela forma construtiva com que aqui procurou trazer o caminho de um entendimento.



O Sr. Jerônimo Rodrigues Souza, que aqui representa o Ministro Pepe Vargas, está aqui para resolver e responder as perguntas no lugar do Ministro.

Senadora Ana Amélia, agora vêm os inscritos, mas nós tivemos o entendimento de ter um equilíbrio dos diversos pontos de vista, e assim está. Mas, mesmo que possa haver certo desequilíbrio, e para o seu lado, como está aqui o presidente da OCB, Sr. Márcio de Freitas, eu gostaria de proporcionar a ele a oportunidade de, pelo menos, dizer uma breve palavra, se a Senadora Ana Amélia estiver de acordo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que ousadia teria eu para contrariar o Senador Suplicy? O senhor é que manda neste Senado.

É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, se o Sr. Márcio de Freitas puder vir aqui à frente e utilizar o microfone...

Agora, o Sr. Luiz Ademir Possamai tem um compromisso urgente e gostaria de pedir licença...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Daniel fica representando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Sr. Luiz Ademir Possamai.

O SR. LUIZ POSSAMAI – Rapidamente, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de a Unicafe estar aqui também neste debate e elogiar o que vocês estão fazendo aqui e o esforço que estão fazendo para termos uma nova lei do cooperativismo brasileiro.

Temos um compromisso, agora à tarde, com o Governo do Estado do Paraná, e meu voo é às 11 horas; não dá para perder muito tempo, senão, não consigo chegar lá. Vamos fazer um debate lá com o Governo também.

E o meu colega Armindo Costa dos Santos, que é o diretor de Formação da Unicafe nacional e que é de Minas Gerais, vai nos substituir aqui a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Sr. Armindo Costa dos Santos, o senhor pode se sentar aqui, então. Então, tem a palavra, para uma mensagem, o Sr. Márcio de Freitas, por favor.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Muito obrigado, Presidente Suplicy. Quero agradecer a gentileza e a deferência de me dar aqui a palavra – é uma honra estar falando diante desta Mesa –; agradecer e cumprimentar aos Senadores, à Senadora Ana Amélia. Gostaria de agradecer, Senadora, e de aqui, publicamente, me desculpar por ter pedido o adiamento, a prorrogação desta audiência, porque a última data marcada coincidia com a Assembleia Geral da OCB. Portanto, a Assembleia Geral é o nosso patrão, é o órgão supremo do sistema cooperativo, e eu estava nesse momento, e todo o movimento



cooperativista ligado à OCB estava vivendo esse momento. Então, agradeço a sua compreensão e a do Senador Suplicy, por ter adiado para hoje esta audiência, o que nos proporcionou a oportunidade de estar aqui com vocês e ouvindo pessoas fantásticas falando.

Então, não tenho nada a acrescentar sobre os temas, Senador Suplicy. Tudo aqui foi colocado, até eventuais divergências, que ficaram muito claras. Mas acho que temos muito mais convergências do que divergências, porque nós lidamos com uma sociedade, como dizem muito bem todos aqui, de gente, de pessoas. A razão de ser do sistema cooperativo são as nossas pessoas. As cooperativas são só criaturas. O criador é a nossa gente, são as nossas pessoas.

E, como nós temos esse interesse em comum, acho que está fácil de construir um entendimento; de amadurecer, dentro da modernidade; separar, dignamente, o que é filiação do que é registro, separar isso com muita clareza. E, hoje, nós temos ferramentas modernas, temos sistemas de informática funcionando, que podem propiciar que isso aconteça de maneira mais ágil, que não se atravanquem os registros e as questões operacionais.

Acho que o cooperativismo tem muito a avançar. Mas precisamos, sim... Concordo com tudo que foi colocado aqui. Mas, principalmente, as nossas questões, os nossos desafios são muito maiores do que o marco legal geral regulatório. Os nossos desafios são de mitigar os efeitos nocivos dessa sociedade globalizada que vem atropelando todo mundo por aí. Esse é o grande desafio que acho que temos de enfrentar juntos.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Márcio de Freitas. Importante sua postura construtiva, também, para com o cooperativismo no Brasil.

Vamos dar a palavra aos oradores inscritos. Primeiramente, aos autores de requerimento (a Senadora Ana Amélia e eu), mas não veria problema de, então, em seguida, dar a palavra ao Senador Sérgio Souza, ao Senador Casildo Maldaner.

E compartilho com a Senadora Ana Amélia o procedimento: gostaria V. Ex^a que as respostas sejam logo após as suas perguntas ou os três indagam?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que, para agilizar, porque todos... Inclusive o Ministro Roberto Rodrigues já me havia antecipado que tem uma audiência com o Ministro da Agricultura. Então, vamos, para tornar mais célere... Todos têm problema de viagem. Eu serei sucinta, e já o Senador Sérgio Souza e o Senador Casildo também fazem as suas... E aí encerramos e ficamos liberados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os quatro fazemos as indagações e, em seguida, os senhores respondem, está bem?



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso. Também, da mesma forma. Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Veja como nos entendemos bem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Suplicy, eu queria dizer que o ato cooperativo de tomar decisões aqui é o mais eficaz sempre.

Tive muita honra de, junto com o senhor, ter assinado o requerimento para esta audiência pública, para trazer, exatamente, à luz aquelas informações que são fundamentais na definição desse relatório, que está em muito boas mãos, com o Senador Waldemir Moka.

Quero dizer que tenho pelo sistema cooperativista não só um apreço, mas um respeito muito grande. E, ao longo de 40 anos, como comunicadora, fazendo cobertura da área agropecuária, eu tive um olhar para esse setor, porque penso que, no mundo em que vivemos hoje, de uma economia em que o capitalismo entrou em muitos conflitos e muitas crises, acabou-se valorizando, cada vez mais, o cooperativismo como uma forma mais solidária de se exercer o capitalismo. A cooperativa é uma empresa, mas é uma empresa solidária, na sua essência.

Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, em que 80% do setor produtivo são de cooperativas. Foi também... No setor de carne, ele caiu um pouco, porque o mercado também esteve concentrado com o setor privado, que foi o que falou o Perius, o nosso Vergílio, sobre a questão dos financiamentos a que as cooperativas não têm acesso, como, por exemplo, as linhas do BNDES, ou pagam muito caro, 9,5%, quando as taxas cobradas, em R\$70 milhões, como se diz, ao BNDES para apenas dois grandes grupos.

É preciso exatamente um pouco mais de igualdade. Além disso, as cooperativas, como o setor, como o agricultor, cada vez que sofrem uma crise, como agora a seca no meu Estado, 70%, 80%, 85% em algumas regiões de perda do milho, e 90% em outras regiões de soja. Como essa sociedade de pessoas que não tiraram da terra aquilo que plantaram vão poder.

Houve um programa na época do endividamento agrícola, houve uma CPI nos anos 90 que discutiu muito o problema. Foram criados programas, mas ainda persiste um patrimônio, um passivo, melhor dizendo, de muitas dificuldades. Claro que as cooperativas ao longo deste tempo entenderam que é preciso uma atualização, uma modernização, uma profissionalização dos seus quadros diretivos e sob lideranças que sejam empreendedoras sobretudo e focadas, identificadas com a sua comunidade. É isso que o professor Paulo Singer fala, estar representado todo o segmento, independente de serem pessoas que precisem da inclusão, e a inclusão poderá vir com isso, mas ela precisa ser espontânea. Ela não pode ser, como dizia o Ministro Roberto Rodrigues, forçada, ela tem que ser de uma forma de convivência.



Fiquei particularmente feliz em perceber que há sim, Senador Suplicy, uma disposição sincera, especialmente nas palavras do Arildo e do nosso Presidente da OCB e dos demais que falaram aqui de convergência.

Penso que à construção de um consenso, depois do que ouvimos aqui, também não vejo nenhum conflito de você compatibilizar os segmentos. Nós inclusive no Brasil criamos um ministério de agricultura e um ministério de reforma agrária, o que o ex-Ministro Mangabeira Unger dizia que não entendia isso do ponto de vista da universalização. Mas não importa, se for necessário criar uma forma de convivência dentro do processo tem que ser facilitado. São situações diferentes, mas que devem preservar essa questão da doutrina do cooperativismo.

Então, penso que a audiência de hoje a mim foi muito esclarecedora. Aprendi muito aqui da evidência, disso que a própria Constituição-Cidadã de 88 construiu com a Lei nº 5764.

Estamos agora diante de um desafio. O Arildo fez uma provocação. No dia 6 de julho haverá nesta Casa uma sessão solene para comemorar o ano internacional do cooperativismo. Já faço o convite antecipado ao nosso líder do cooperativismo internacional, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, e a todos que estão aí para essa sessão muito importante que vamos mostrar exatamente esse lado. Evidentemente faremos um esforço até lá de pelo menos ter chegado a um consenso em torno dessas questões e, não tenho dúvida, pelo esforço que teremos.

A sessão especial será no plenário do Senado. Agradeço muito a todos que vieram aqui, que deram uma valiosa contribuição, ao Dr. Paulo Singer, ao Possamai, que já deixou, ao Ministro Pepe Vargas que falou, ao ex-Ministro Odacir Klein, ao brilhante depoimento do ex-Ministro Roberto Rodrigues, ao professor Vergílio Perius, que tem um conhecimento dessa área muito grande, ao Arildo, que se mostrou um líder cooperativista com uma visão política bastante aguçada.

Muito obrigada a todos. Não faço perguntas, porque o que ouvi aqui me satisfaz, apenas renovo cumprimentos a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Também fiquei contente de estar requerendo esta audiência juntamente com a senhora. O seu trabalho e a sua dedicação merecem o respeito e os cumprimentos de todos os seus colegas.

Tem a palavra agora o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente quero cumprimentar a todos que compõem esta Mesa, especialmente aqueles que estão sentados aqui nesta bancada que se preocupam com o cooperativismo do Brasil e do meu Estado, o Estado do Paraná. E vejo que o Senado da República não se furta aos grandes debates do tema. Temos aqui um Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o Senador Moka – sou integrante também dessa frente –, Senadores que debatem o dia a dia da



importância da agricultura no cenário nacional não podem se esquecer em momento algum do cooperativismo.

Também, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, mais uma reflexão do que uma pergunta. Pergunta eu teria uma única a todos que é a minha preocupação com o Prodecoop. Parece que o Governo não estaria aportando recursos neste ano para o Prodecoop. Quem me disse isso foi o João Paulo Koslovski, Presidente da Ocepar, na última segunda-feira, quando estive com ele, na reunião semestral que se faz em regiões do meu Estado, na cidade de Ponta Grossa, pegando a região dos Campos Gerais. Ele me colocou esta preocupação, pedindo também ajuda para que venhamos a conversar com o Governo, principalmente com o Ministério da Fazenda, porque é inadmissível, no momento em que o Brasil aporta recursos para fortalecer várias áreas da economia, no sentido da industrialização ocorrer de encontro à desindustrialização, deixar de aportar recursos que são muito bem investidos e que isso transforma num retorno enorme para o Brasil, que é ao setor do cooperativismo.

É uma preocupação que tenho e gostaria de ouvir dos senhores qual é a posição do setor e o que poderíamos fazer nesse sentido.

Tenho para mim que o cooperativismo, vendo aqui também ligado ao cooperativismo da agricultura familiar, eu venho da agricultura familiar, o meu pai é agricultor familiar, o meu pai é cooperado, desde a década de 70 há cooperativas do interior do Paraná, antes a Copiva lá em Ivaiporã, depois a Coamo, que foi lá para a região, e eu percebi o seguinte: se não fossem as cooperativas, os Municípios não seriam do tamanho que são hoje, porque as cooperativas não têm evasão de divisas no que diz respeito à arrecadação de impostos – arrecadam 100% dos impostos. Se não fossem as cooperativas, os agricultores não teriam como se manter nas propriedades, principalmente as pequenas propriedades, porque você adquire mais barato, há um autofinanciamento pelas cooperativas no momento em que os bancos não o assim fazem. Hoje as cooperativas estão muito preparadas para isso, fazendo equivalência em produto.

Depois, na sequência, veio nas cooperativas de crédito, dentro das cooperativas agrícolas, o que ajudou muito e cresce muito, porque o crédito mais barato hoje no Brasil é o crédito das cooperativas – temos absoluta certeza disso. E o lucro volta para o cooperado. Isso que é fantástico. Temos uma cooperativa do Paraná que ao final do ano ou no início do ano, não me lembro agora, ela partilha os seus lucros. Ela dividiu mais de R\$100 milhões com os cooperados agora no ano de 2012.

Eu percebo que o cooperativismo é uma forma de dar competitividade ao agricultor, porque sozinho ele não teria outra forma de se manter e de se fixar. Provavelmente estaríamos quase todos na periferia dos grandes centros, causando outros problemas. Então me vem a questão. O investimento para fixar o homem através do cooperativismo dá um retorno muito



maior que aquele somente do cooperativismo. Ele dá um retorno, diminuindo a despesa do Governo ou dos governos em grandes centros e assim por diante.

Percebo que o Brasil é do tamanho que é hoje porque nós tivemos um crescimento exponencial da agropecuária, da agroindústria, da transformação de uma agricultura horizontal em uma agricultura vertical, pegando o subproduto, o produto primário e aprendendo a transformar, industrializando esse produto, agregando valor. E aí o Brasil cresceu nesse patamar. Todos nós que estamos aqui sabemos o tamanho que é a agricultura do Brasil, o tamanho que ela representa para o PIB nacional, mais de 20%. Se não fosse a agricultura do Brasil, a agroindústria, o agronegócio, não teríamos, Senadora Ana Amélia, PIB positivo no Brasil no ano de 2011, porque o PIB do agronegócio foi quase 6%.

Temos de perceber este momento no Brasil, momento em que a agricultura e o agronegócio, através do cooperativismo, agregam valor e fixam o cidadão no interior, dando a ele condição de subsistência, para si e para sua família. Entendendo o tamanho disso, precisamos correr ao Governo e pedir socorro ao Governo, porque neste ano, em que em várias áreas há uma redução exponencial de juros, não se fala, dentro do Governo pelo menos, nos juros agrícolas.

Falei ontem com o Ministro Mendes Ribeiro – junto com o Presidente Michel Temer, participamos de uma reunião no final da manhã. Eu falei da necessidade de se colocar essa questão dos juros agrícolas e colocar o Pronacoop. Como é que está isso? Está fora do plano agrícola? Como é que está, porque isso é incentivar o desenvolvimento. Senão, é mais ou menos assim. Um cidadão que gasta mais do que ganha chega ao final do mês e escolhe uma das dívidas para pagar. Como ele não tem condições de pagar todas as dívidas, no mês seguinte ele vê a que está mais apertada e vai lá pagar. Daqui a pouco o Governo corre, socorre o setor automobilístico, mas deixa de cuidar daquele setor que está ajudando no crescimento do Brasil e, daqui a pouco, nesse setor há uma diminuição ou se perde competitividade.

Hoje nós vivemos num mundo globalizado. Ontem eu recebi alguém do setor de produção de aves e carnes que me disse que estão investindo bilhões na Argentina por conta de não ter havido a devida conversa com o Governo brasileiro e o Brasil ter perdido em competitividade.

Deixo minha reflexão sobre isso e ressalto mais uma vez a importância do cooperativismo dentro do agronegócio, dentro da agricultura, a importância que tudo isso tem para o Brasil, para a economia do Brasil. Não fosse a agricultura e o agronegócio no Brasil, nós não teríamos o tamanho que temos hoje.

Ontem ouvimos em audiência pública aqui no Senado Federal que há pouco mais de trinta anos nós éramos importadores de alimentos. Gente, isso é muito recente, é a minha geração, é a geração de todos nós. Nós éramos importadores de alimentos e hoje somos o segundo produtor mundial de alimentos



e em menos de dez anos seremos o primeiro! Essa é uma das grandes saídas para o Brasil ser do tamanho que quer ser.

Deixo essas reflexões e agradeço imensamente a presença de cada um dos senhores nesta Comissão. Parabenizo a Senadora Ana Amélia e o Senador Suplicy por esta iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio Souza, muito obrigado também por suas considerações tão enriquecedoras.

Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner e, em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senhoras e senhores, vejam as comissões de que participamos. Fomos, para finalizar, ver as assinaturas nas votações, as presenças e assim por diante.

Caro Presidente Suplicy, ao cumprimentá-lo como um dos autores, ao lado da Senadora Ana Amélia, eu quero aqui, na presença do Senador Luiz Henrique e do Senador Sérgio Souza, cumprimentar a Mesa e, com a permissão dos senhores, na pessoa do nosso ex-Ministro Roberto Rodrigues, cumprimentar todos os senhores presentes. Eu, inclusive, sou assíduo leitor de seus artigos, que nos alimentam de conhecimento. Por extensão, cumprimento o presidente da OCB, que está aqui, e todos os presentes.

Falo como catarinense, nosso Estado tem suas peculiaridades. Uma época depois de eu ter estado aqui exercendo um mandato no Senado, em outra oportunidade, e mesmo quando eu exercia as funções de Governador de Santa Catarina, convivi muito de perto com questões que dizem respeito ao assunto que agora discutimos. Quando presidi uma instituição de fomento na região Sul, que é o BRDE, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, comecei a conhecer mais de perto o que é o cooperativismo, principalmente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Entendi melhor a participação do BRDE, das cooperativas e, por extensão, no meu Estado, por suas características como disse antes, pude me aproximar de um cooperativismo que permite que o associado participe e que a cooperativa possa oferecer oportunidades.

Ainda mais: nós temos algumas regiões com minifúndios lá em Santa Catarina. No minifúndio, às vezes você tem uma área que pode ser mecanizada, às vezes pode-se mecanizar 20% ou 30% da área. Aí tem mais 20% ou 30% que não têm condições em função de suas dobras, são terrenos dobrados. Aí, a cooperativa motiva para fazer um pequeno reflorestamento onde você não pode fazer uma boa pastagem, com animais de boa genética para produzir leite – é uma bacia leiteira muito forte. Então, onde não dá para fazer isso, ou se faz o reflorestamento ou se faz a fruticultura. Quer dizer, numa propriedade de 20 a 50 hectares, a cooperativa ajuda, com programas que ela elabora, a diversificar aquela propriedade. E com a diversificação, o associado tem



diversas rendas, ele acaba tendo rendas. A cooperativa ajuda a fomentar a produção. Se for um pequeno reflorestamento, 4 ou 5 hectares, ela começa a organizar depois o aproveitamento dessa madeira, da lenha ou da madeira, para fazer móveis ou coisa que o valha. Quer dizer, tudo isso começa a agregar valores para o associado. Então, essa é uma tese que cada vez mais nos convence e apaixona. Esse é um depoimento que trago.

O segundo depoimento que quero trazer diz respeito a algo que talvez a Senadora Ana Amélia já tenha declinado aqui em função da proposta que ela apresentou no ano passado para que as cooperativas, os bancos cooperativos e as cooperativas, tenham direito a acesso direto ao FAT. Não sei se ela já falou sobre isso aqui, mas, se o fez, eu quero só renovar que tive a honra de ser o relator dessa matéria proposta pela Senadora Ana Amélia.

Hoje, no Brasil, quem tem direito a acesso ao FAT são só os bancos federais, que os senhores conhecem – Banco do Brasil, Caixa Econômica e os bancos regionais que são federais, como o Banco do Nordeste e o Basa. Eles têm direito de acessar diretamente o FAT, quer dizer o FAT deposita já... E o BNDES, é claro, que é o grande receptor, recebe 40%, compulsoriamente, dos recursos do FAT. Aí, os demais, inclusive nós do Sul, que não temos o fundo constitucional, quem tem é o Norte, o Nordeste e o Centro Oeste... O nosso banco de desenvolvimento da região Sul não é federal, porque os controladores do BRDE são os Estados; apesar de ele ter as características de um banco federal, não tem direito a acessar os recursos do FAT. E as cooperativas também não possuem esse direito, nem os bancos cooperativos o possuem.

Aí, a inteligência dessa Senadora que anda a cem por hora nesta Casa, que veio do Rio Grande, a Ana Amélia, resolveu propor que os cooperados do Brasil tivessem também o direito de acessar diretamente o FAT.

Eu tive a honra de conviver com o BRDE, de conviver com essa área e ser o relator da matéria. No Senado, depois de uma luta muito forte, trabalhada, com a participação do Senador Luiz Henrique, que governou Santa Catarina por oito anos – S. Ex^a trabalhou intensamente com Jorge Viana e outros colegas do Senado na elaboração do relatório do Senado do Código Florestal brasileiro –, conseguimos aprovar a matéria nesta Casa. O Senado aprovou o direito de as cooperativas e os bancos cooperativos de crédito acessarem diretamente o FAT. Isso vai baratear os custos, porque indo ao BNDES ou indo aos bancos de desenvolvimento, quer queira quer não queira, existe um pedágio, o dinheiro fica mais caro. E como nós estamos numa campanha – o próprio Governo Federal está à frente disso – de baixar os custos, nada melhor do que a Câmara agora apurar um pouquinho – está na Câmara a proposta.

A OCB vem acompanhando. Eu lembro que o ex-Deputado Zonta acompanhou aqui no Senado e vem acompanhando na Câmara. Eu gostaria até que pudesse o presidente da OCB...



O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – A relatoria é de outro catarinense...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Valdir Colatto, outro catarinense.

Quem sabe até, em homenagem ao Ano Internacional do Cooperativismo, nós possamos elaborar e anunciar essa legislação que possibilita o acesso direto ao FAT? Eu acho que seria uma grande conquista, baixaria o custo para as cooperativas, baixaria para os associados.

O ex-Deputado Federal Paulo Macarini – quando fui Governador ele foi nosso Secretário do Planejamento –, um grande parlamentar, um grande criador de ideias, Constituinte, sempre dizia, esse catarinense, depois esteve no Paraná também, que, no Brasil, tínhamos de produzir grãos, Ministro Roberto Rodrigues, uma tonelada por habitante. Se tivermos 100 milhões de habitantes, por que não 100 milhões de toneladas de grãos? Se nós tivermos 180 milhões de habitantes, por que não 180 milhões de toneladas de grãos? E se chegarmos a 190 milhões de habitantes? E está subindo, estamos chegando, está caminhando para isso graças ao cooperativismo e, melhor ainda, se for uma tonelada por habitante, se pudermos trabalhar, industrializar, vamos dizer, 60% desse produto aqui no Brasil, agregarmos valores, melhor ainda. Acho que esse é o caminho. Então, quero aqui parabenizá-los, me colocar à disposição nessa caminhada, é uma luta muito forte para alimentarmos não só o Brasil, mas para alimentarmos o mundo. Ainda mais agora, que temos o Embaixador de Honra na FAO na pessoa do nosso Ministro Roberto Rodrigues. Acho que o Brasil se prepara cada vez mais para ajudar a alimentar não somente os brasileiros, mas para alimentar o mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Casildo, por sua contribuição. Senador Luiz Henrique, observando que o Ministro Roberto Rodrigues tem um compromisso às 11 horas, ele quer lhe ouvir e dar a sua contribuição antes de sair.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Ex^a. Sr. Senador Eduardo Suplicy, que preside esta reunião, Sr. Presidente da OCB, cooperativista Márcio Freitas, que nos honra com a sua presença, Srs. Palestrantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes a esta Comissão. Quando olho para o sistema cooperativista eu penso que o seu nascedouro é a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Essa Encíclica surgiu num momento de grande confrontação mundial, em que duas potências em antagonismo ideológico chegaram a produzir um arsenal nuclear capaz de destruir o Planeta sessenta vezes. Então, a Encíclica Leão XIII criou a tese do Estado Intervencionista, do Estado que garante a liberdade de iniciativa, mas fixa regras, marcos regulatórios. Essa doutrina foi apropriada por alguns países, inclusive pela Alemanha, destruída



pela Segunda Guerra, que adotou a economia social de mercado. Dessa doutrina, eu penso que derivou ou se fortaleceu o cooperativismo.

Num dos livros mais importantes para compreender a realidade atual, intitulado *A Era dos Extremos*, do historiador inglês *Thomas Hobsbawm*, relata um fato muito marcante: “Saindo da prisão, *Václav Havel*, vai a um comício em que a população tcheca exultava pelo fim do regime stalinista naquele país, e os discursos eram todos na linha de uma mudança radical do Comunismo para o Capitalismo”. Ele, então, fez uma advertência: “Não queiram pular do Muro de Berlim para chegar ao sul do Bronx.” Ele disse: “se é verdade que o Comunismo foi capaz de distribuir riqueza, mas não foi capaz de produzi-la, é verdade também o inverso, que o Capitalismo é capaz de produzi-la, mas é incapaz de distribuí-la.”

No meio dessa discussão ideológica que pontuou todo o período da Guerra Fria, surge o cooperativismo como uma força nova no sentido de demonstrar que é possível ao mesmo tempo produzir e distribuir a riqueza. Eu sou testemunha, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, que vem da renda mínima para a competência máxima, porque tenho vivenciado em Santa Catarina assembleias de cooperativas distribuindo para os seus associados cheques de 100 mil, 80 mil, 70 mil, 50 mil, conforme a participação desses associados nas cooperativas, e vejo um milagre que aconteceu neste país. Santa Catarina tem 1% do território nacional, mas a grande região produtora, onde o cooperativismo tem grande proeminência, é a região do oeste catarinense, que deve representar 0,40% do território brasileiro, onde nós encontramos a 5ª produção de alimentos do país. A força disso vem do cooperativismo. Eu anotei as palavras precisas do Ministro Roberto Rodrigues, infelizmente não tive condições de assistir às demais, porque tive um compromisso antes do início desta reunião e depois tive de presidir a Comissão de Relações Exteriores, mas prestei bem atenção às palavras do Ministro Roberto Rodrigues no sentido de que o cooperativismo é uma doutrina, é efetivamente uma doutrina que se coloca entre os extremos, entre o Comunismo e o Capitalismo. Ele falou que a cooperativa deve ser um ato de baixo para cima, que não pode ter um fator indutor, ela surge da necessidade, ela surge da viabilidade e ela se sustenta por uma liderança, mas quero também concordar com o nosso grande professor *Paul Singer*. Acho que sempre a mão do Estado é necessária para induzir à inclusão de excluídos. Eu lembro-me de uma frase de Gallart Folch, estabelecendo a função do Direito Trabalhista, que vem desse Estado intervencionista, que é filho também, a consolidação, é filha da *Rerum Novarum*, como são as APPs e as reservas legais da propriedade, do conceito da *Rerum Novarum* de que a propriedade deve ter sobre ela uma hipoteca social. Então, Gallart Folch disse o seguinte: “na relação entre a empresa e o empregado, temos uma balança com o prato da empresa mais forte. É preciso o Estado colocar os seus pesos no outro prato para que haja um equilíbrio social.” Ora, não teria havido a NASA, não teria havido a corrida espacial, não teria havido a



façanha de o homem pisar a lua, se o Estado não tivesse socorrido o nascente *sili convali* com o peso da sua intervenção.

Eu acredito que é possível, sim, conciliarmos esse princípio da liberdade, da necessidade, da viabilidade econômica e da liderança com uma força indutora do Estado, para que essa lei garanta um capítulo que permita, como nós fizemos no Código Florestal, tratarmos diferentemente a agricultura familiar e os pequenos agricultores de até quatro módulos. Tratamos privilegiadamente.

Aliás, eu quero lhes dizer que eu estou na luta pelo movimento da microempresa desde o seu nascedouro, quando eu era Deputado Federal. Se não tivesse havido a força indutora do Estado, as microempresas não teriam a força que têm hoje, e elas também são negócios. Elas são empresas, mas, não fora a força indutora do Estado, elas não teriam tido o êxito que têm. E eu sou testemunha, pelo que elas representam hoje em Santa Catarina, onde 80% dos trabalhadores são empregados nas microempresas.

Então, nesse sentido de exaltar o cooperativismo, exaltar a OCB, eu creio que nós podemos construir nessa lei um espaço indutor para que as cooperativas da economia solidária se tornem cooperativas iguais às outras, pela força estatal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, que, por sua contribuição, bem como os Senadores Casildo Maldaner e Ana Amélia, de Estados onde o cooperativismo é tão importante, trazem um testemunho tão significativo.

Agora vou passar a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues, mas queria primeiro dizer algumas coisas.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós ouvimos três Conselheiros do Cade, inclusive os indicados para a Presidência e para a Superintendência, e queria lhe dizer que a sua recomendação de que, tal como o Consecana, deveria se instituir o Consecitrus, foi objeto inclusive do diálogo muito relevante. E agora houve uma preocupação que eu mesmo externei de como o Consecitrus possa, de fato, ter a representatividade a maior possível de todos os produtores de laranja para dialogarem com os produtores de suco de laranja, mas a sua recomendação foi sempre lembrada, inclusive ontem.

E considero muito interessante também, na sua experiência como cooperativista e presidente que foi em matéria de organização internacional, se desses elementos precisam ser necessários, viáveis economicamente e ter liderança.

O Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, falou daquelas cooperativas que existem até informalmente e que, se houver justamente um ambiente até pela legislação de estimulá-las a se integrarem e se formalizarem, dadas as facilidades, isso poderá efetivamente ocorrer e ser resultado da legislação que estamos por definir.



Até possivelmente no dia seis de julho, será publicado um livro de uma história de uma cooperativa muito interessante que eu tive a oportunidade de testemunhar, porque sou frequentador do Parque Ibirapuera. Permita-me, muito brevemente, aqui relatar.

Era o ano 2000 e eu, que costumava e sempre ainda faço caminhadas e exercícios no Parque Ibirapuera, certo dia, a Presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes me disse: “Olhe, o prefeito está pedindo que a gente saia daqui. Se quisermos vamos ter que ser empregados, porque vão fazer licitação. Cinco grandes empresas. Vai haver quiosques. E nós temos que sair”. Eu disse: “Que tal vocês proporem a formação de uma cooperativa?” E assim o fizeram, até encontraram uma advogada que trabalhou doze anos na Cooperativa Agrícola, psicóloga e que resolveu solidariamente dar assessoria jurídica para escrever o Estatuto.

Após 11 anos, se for ao Parque Ibirapuera de vez em quando, lá se pode examinar todas as cooperadas que tenham seus carrinhos padronizados, obtiveram junto a uma empresa que concedeu. A Prefeitura acabou reconhecendo o direito delas, continua até hoje e são pessoas praticamente todas que vieram das regiões mais pobres do Brasil que chegaram a São Paulo em busca de sobrevivência, não tinham adequada formação, formação precária e hoje praticamente todas as suas crianças, algumas adolescentes, estão estudando, alguns chegando à universidade. Agora não são membros, que eu saiba, da OCB. Tem o seu Estatuto e tudo o mais e está no caso justamente que o Prof. Paul Singer observou de tantas cooperativas de setores informais que, neste caso, constituíram o seu Estatuto, e estão regularizados. E essa bonita história está no prefácio de um livro que o Prof. Paul Singer escreveu da Srª Mônica Dalari. Vai ficar pronto. E quero lhe dar o livro a respeito.

Mas queria lhe perguntar – depois aos demais – o que pensa do relatório do Senador Renato Casagrande, que, na verdade, absorveu quase todo o projeto e deu parecer favorável ao projeto Osmar Dias. Mas, num aspecto, ele acordou com o projeto que eu tinha apresentado, referente à questão da unicidade da representação do sistema cooperativista que foi amplamente discutido. Ele ouviu todas as entidades por meio de audiências como esta, e chegou à conclusão de que a unicidade da representação proposta então pelo Senador Osmar Dias fere direito à plena liberdade de associação, garantido pelo art. 5º, inciso XVIII, da Constituição. Diante disso, a proposta que ele apresentou garante expressamente a liberdade de associação das cooperativas a entidades de representação, conforme o Prof. Daniel enfatizou.

Então, assim são estabelecidos alguns critérios para que as entidades de representação possam ser consideradas de abrangência nacional, mas o princípio da obrigatoriedade de associação leva em conta o que está previsto claramente na Constituição.



Cumprimento. Muito obrigado. Tem a palavra antes do encontro lá no Ministério da Agricultura, às 11 horas. Tenha todo o tempo que for necessário.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade de ouvi-los e aprender. Senador Luiz Henrique, o senhor é sempre um mestre em coisas da história que a gente vai sempre aprendendo e guardando. Muito obrigado pela contribuição que o senhor nos deu aqui.

Senador Suplicy, o duro de ficar velho é que temos vontade de contar um monte de histórias, porque, contando histórias, a gente vai lembrando as razões pelas quais as coisas acontecem. Então, gostaria de ficar até depois de amanhã contando coisas sobre cooperativismo, mas não temos tempo, nenhum de nós.

Vou responder à Senador Ana Amélia, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Casildo Maldaner, ao senhor também, ao próprio Senador Sérgio Souza, que se retirou, com algumas informações. A primeira delas é a seguinte: o agronegócio representa hoje 23% do PIB Nacional. Agora, o que é importante é o seguinte: o agronegócio é a soma das cadeias produtivas. Uma cadeia produtiva tem três componentes: antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. O antes da porteira, hoje, no Brasil, é apenas 11% do PIB do agronegócio: insumos defensivos, máquinas agrícolas: 11%. Dentro da porteira, que é a atividade produtiva propriamente dita: 23%. E depois da porteira, que é indústria, armazenagem, embalagem e distribuição: 66%. Na verdade, a atividade produtiva, que é 23% sobre 23%. Então, a atividade produtiva da agropecuária é menos de 5% do PIB nacional. E a concentração da renda está, como foi dito aqui, depois da porteira, como o senhor disse, Senador Casildo Maldaner; é na industrialização, na transformação. E o produtor rural não tem acesso a essa participação se ele também não for industrial. E é por isso que a cooperativa tem um papel fundamental no aumento da renda do produtor rural, seja ele pequeno, médio, não importa, da agricultura familiar. Não importa o tamanho do produtor. Todo mundo tem que ser beneficiado pela cooperativa, instrumento da doutrina que corrige o social através do econômico. Como? Agregando valor.

Então, a cooperativa, em Santa Catarina, é um modelo extraordinário. Rio Grande do Sul... Eu cheguei ontem, Senadora, lá de Cachoeira do Sul, onde fui encontrar o pessoal do arroz. Nesses dois Estados e mais no Estado do Paraná, do Senador Sérgio Souza, de fato o cooperativismo é um modelo extraordinário de agregação de valor com uma característica... E aqui quero associar-me ao Senador Luiz Henrique. Então, essa questão fundamental de que o cooperativismo agrega valor para pequenos, médios e grandes, mas essencialmente para o pequeno, porque um pequeno sozinho não vai ter nunca uma fábrica. Um grande pode ter uma fábrica, mas o pequeno jamais. Só faria isso no coletivo da cooperativa. A cooperativa, eu sempre digo para os meus alunos na universidade, é um mecanismo pelo qual a gente faz, no conjunto, o que não pode fazer sozinho por questões da economia social.



Então, aqui, Senador Luiz Henrique, eu estou absolutamente de acordo com o senhor de que o Estado precisa oferecer o seu manto protetor àqueles que não têm como chegar ao mercado, e o sistema cooperativista é indiscutivelmente o modelo para isso. Aliás, devo aqui lembrar que a Constituição de 88 – eu presidente na OCB e trabalhei muito nisso, vinha todos os dias a esta Casa – tem o art. 5º que estabelece o fato de que o Estado não pode intervir na constituição e funcionamento de cooperativas. Mas tem o art. 172; § 2º que diz o seguinte: “Ao Estado compete estimular e fomentar o cooperativismo e outras formas de cooperativismo”.

Eu era também presidente da OCB também quando o Presidente Collor foi eleito e fez o Plano Collor. Pelo Plano Collor ele extinguiu a Secretaria de Cooperativismo, extinguiu o BNCC e extinguiu o Conselho Nacional de Cooperativismo. De modo que o Estado não tinha nenhum mecanismo para cumprir esta determinação da Constituição de apoiar e fomentar o cooperativismo. Falei então, na época, com o Ministro da Agricultura, Ministro Antônio Cabrera Mano Filho, e graças a isso foi criado o Denacoop, que é o Departamento de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, que apoia as cooperativas, de todos os tipos, de todos os tamanhos. Resgatamos, portanto, com essa atuação do Ministro, a criação de um instrumento que permite apoiar o cooperativismo de qualquer tamanho, de qualquer natureza.

Então, só para confirmar que estou de acordo com o senhor. O Estado precisa oferecer o seu manto protetor àquelas pessoas que não tem condições de avançar.

Bom, feitos estes dois comentários: um, o cooperativismo como um papel relevante na agregação de valor para que o pequeno produtor, sobretudo, possa alcançar o mercado e ganhar fatias adicionais da renda da cadeia produtiva.

E sobre a ideia cooperativa queria aqui contar um pouquinho de história, associando-me ao Senador Luiz Henrique com a sua importante aula para nós todos.

O cooperativismo, como o senhor disse muito bem, enquanto doutrina é tricentenário. Aliás, o homem é um animal gregário. Cooperar está na índole humana, no DNA do ser humano, como competir também, não é? Então, o cooperativismo é uma doutrina definida classicamente há 200, 300, 400 anos. Mas as cooperativas, enquanto instrumentos da doutrina, só surgiram de fato quando houve a revolução industrial na Europa, com a revolução industrial, na metade do século XIX, na Europa. Por quê? E aqui me parece uma coisa essencial, Senador Ana Amélia, porque a revolução industrial produziu duas correntes simultâneas: uma de exclusão e outra de concentração na riqueza – dois modelos graves para a paz social, dois modelos graves para a democracia, para a própria sustentação da democracia. Foram excluídas pessoas aos milhares pela revolução industrial, porque os teares substituíram, a tecelagem industrial substituiu os teares que cada



um tinha no seu fundo de quintal, substituiu “n” mecanismos de sobrevivência familiar, inclusive através do escambo que existia naquele tempo. Isso levou a uma exclusão brutal; milhares de pessoas foram excluídas de qualquer mecanismo de mercado. Por outro lado, aqueles que tiveram o domínio da indústria concentraram a riqueza em suas mãos. E concentração de renda e exclusão social são dois mecanismos claramente adversários da democracia e da paz.

Muito bem, por causa desses dois mecanismos surgiram as cooperativas da Inglaterra. Em primeiro lugar na Inglaterra, depois esparramaram pelo mundo inteiro. Juntando quem? Os excluídos. Razão pela qual no DNA do cooperativismo está o fato de ser um instrumento inclusivo socialmente. E mais do que isso: ao trabalhar também com os mesmos mecanismos de agregação de valor, passou a ser um fator mitigador da concentração da riqueza.

As cooperativas, desta forma, transformaram-se, Senadores, num mecanismo fantástico de defesa da democracia e da paz. Por quê? Porque combateram os inimigos delas: a exclusão e a concentração.

Este fato gerou, como o Senador Luiz Henrique muito claramente assinalou, a condição de o cooperativismo ser tratado desde então como a terceira via para o desenvolvimento econômico-social, entre o capitalismo e o socialismo. E aí se esparramou pelo mundo inteiro. Todos os países do mundo têm cooperativas dentro de princípios claros, universais, valores básicos que são universalmente reconhecidos: solidariedade, transparência, democracia, essas coisas todas que nós conhecemos e que não vamos aqui repetir agora.

Até, Senador, a queda do Muro de Berlim. Com a queda do Muro de Berlim, o socialismo sofreu um desmaio significativo, e o capitalismo virou liberalismo. De modo que as duas vias, a primeira e a segunda, sofreram um processo de desgaste. Ora, não havendo primeira via, não havendo a segunda via, como chamar o cooperativismo de terceira via? Isso produziu uma enorme perplexidade mundial no cooperativismo, que levou à Aliança Cooperativa Internacional – que eu presidi –, mais tarde, a discutir universalmente os princípios. Os princípios são ainda válidos, ou não são mais válidos?

Essa discussão levou anos, até que, em 1995, no Congresso Mundial de Cooperativas, em Manchester, na Inglaterra, berço da primeira cooperativa de Rochdale, refizemos os princípios – na verdade, ratificando-os –, de tal forma que a dicotomia entre social e econômico ficasse mais ainda visível e consolidada. Só que introduzimos um sétimo princípio, que é aquilo que foi tratado aqui pelo Senador Suplicy, dando o seu exemplo do Parque do Ibirapuera, que é o compromisso das cooperativas com a sociedade, com a comunidade em que a cooperativa está inserida. Ela não é mais uma preocupação apenas com os seus cooperados, mas vai além disso. E o conceito por trás disso é óbvio: não pode haver felicidade de quem vive ao lado de quem é infeliz.



Estou tratando aqui de felicidade, que não é um conceito próprio a uma reunião como esta. Mas quem quer ser infeliz levante a mão. Então, o tema é um pouco nessa direção.

Ora, quando a discussão da reforma dos princípios ocorreu, em 1995, nós já estávamos, Senadores, em plena vigência da globalização da economia. E a globalização da economia foi e está sendo um fenômeno repetidor – e ainda mais enfático por causa da rapidez da comunicação que existe hoje em dia – de exclusão social e de concentração de riqueza.

Por esta razão é que o cooperativismo renasceu depois da globalização da economia. Ao contrário do que imaginavam os adversários, que agora as empresas capitalistas vão esmagar o sistema de cooperativismo, ao contrário, o recrudescimento da exclusão e da concentração verificados na revolução industrial e repetidos, recrudescidos, portanto, com a economia globalizada são fenômenos que deram ao cooperativismo outra dimensão ainda mais vibrante, embora o termo terceira via tenha perdido um pouco do brilho que tinha no passado, pelas razões já apresentadas, transformando-se o cooperativismo num bastião formidável de defesa da paz e, portanto, da democracia.

É por esta razão e não por outra que, quando presidente da ACL, lutei para que a ONU considerasse o cooperativismo como uma organização poderosa em defesa da paz e da democracia. E conseguimos este ano ser reconhecido como o Ano Internacional das Cooperativas. Mas é pouco.

Eu estou trabalhando hoje – e o presidente Márcio é o grande comandante desse processo, e transmito isso ao Senado da República – pelo reconhecimento do cooperativismo, do movimento do cooperativismo. Não é nenhuma pessoa, mas o movimento do cooperativismo como digno do prêmio Nobel da Paz, porque é isto que faz a diferença: eliminar a exclusão, incluir aqueles que estão fora do mercado. Reduzir, mitigar a concentração de riqueza, distribuindo-a é defesa da paz. E o cooperativismo tem feito isso com uma grandeza extraordinária, com seu um bilhão de associados no mundo inteiro.

Então, queria trazer essas vertentes aqui para nossa conversa.

Agradeço, muito Senador Suplicy, pela oportunidade que o senhor me dá. Uma, mostrar que, quando trabalhamos na Constituinte brasileira trabalhamos, sim, na mesma direção do Prof. Paul Singer, a quem muito admiro e muito respeito, para que as cooperativas tivessem o apoio do Estado – está escrito na Constituição brasileira –, e para isso criamos o Denacoop, como consequência. Está escrito na Constituição brasileira. Isso é trabalho nosso, da OCB, da Frente Parlamentar de Cooperativas, liderada naquela época pelo Deputado Ivo Vanderlinde, também de Santa Catarina, um grande amigo, um grande companheiro, que teve um papel preponderante, com a orientação aqui do mestre Vergílio Perius, que era nosso assessor parlamentar na época. Conseguimos colocar seis artigos na Constituição defendendo o cooperativismo.



O sétimo nós não queríamos. Aquele que foi colocado à revelia nossa, porque nós não queríamos privilégio e tem um artigo que dá privilégio para... Para garimpeiros eu sou contra privilégio. Eu queria ter igualdade de tratamento para todo mundo. Mas são sete artigos, seja lá como for.

Inclusive quando foi colocado pelo Senador Casildo Maldaner o tema da poupança, da aplicação do FAT para as cooperativas, nós vivemos isso no passado, Senador. Nós conseguimos as cooperativas de crédito às cadernetas de poupança, o que não havia, era proibido. Vou dizer para o senhor, eu era presidente da OCB, era proibido ter cooperativa de crédito no Brasil. Havia um grande líder gaúcho chamado Mário Kruel Guimarães, que foi o meu mestre em cooperativa de crédito, que nos ensinou... E o Mário Kruel e eu gastamos os tapetes do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional para conseguir liberar o cooperativismo. Finalmente, conseguimos liberar o cooperativismo de crédito como instrumento do sistema financeiro, também pela Constituinte, também pelo artigo da área financeira, que coloca as cooperativas em posição de igualdade em relação aos demais organismos do sistema financeiro.

Então, na verdade, eu queria contar para o senhor aqui que com relação às cooperativas de crédito, eu era presidente da OCB e levei líderes brasileiros para conhecer o Banco Cooperativo da Holanda, o da França, o da Alemanha, o da Itália, e o do Japão, e o da Bélgica, que para mim era o mais interessante. E fizemos o modelo de cooperativa de crédito naquele tempo. As cooperativas que existem hoje, os bancos que existem hoje nasceram naquele tempo, graças ao trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo e de conseguirmos colocar na Constituição brasileira.

Então, o senhor tem toda a razão. A cooperativa de crédito, no Rio Grande do Sul, é hoje uma potência – 40% do crédito rural, no Rio Grande do Sul, já é de cooperativa de crédito, do Banco do Brasil e do Sicredi. É fantástico isso aí.

No Brasil, somos 5%, não é, Márcio, mais ou menos?

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Esse ano 22% do crédito rural.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Do crédito rural. Já é notável, notável!

Estamos avançando. Isso tudo nasceu há vinte anos, Senador Casildo Maldaner. Eu deixei a presidência da OCB em 1991; faz 21 anos. Isso nasceu naquele tempo. Então, nós estamos colhendo hoje frutos que foram plantados há 20, 25 anos aqui no Brasil e que eram sementes de frutos plantados há 100 anos, 150 anos na Inglaterra e no mundo inteiro.

Mas nós não estamos aqui tratando de um assunto da cooperativa “a” ou da cooperativa “b”. Nós estamos tratando de uma doutrina, de uma doutrina mundial, que funciona em qualquer país do mundo. E é por isso que eu insisto muito, Senador Suplicy, que a lei trata da doutrina, a lei vai dar as condições de



praticabilidade de aplicação da doutrina. Mas ela tem que estar clara; os conceitos têm que estar claros na legislação brasileira. E isso é que me parece fundamental que seja tratado daqui para frente.

Eu agradeço muito pela oportunidade, Senador Suplicy, Senadora Ana Amélia, meu mestre, Senador Luiz Henrique; Senador Casildo Maldaner, que eu acompanhei também quando eu estava no governo de Santa Catarina, em alguns eventos, naquele maravilhoso Estado; senhores companheiros de Mesa, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade, e eu quero dizer que, embora já tenha 70 anos, eu estou muito confiante, Senador Luiz Henrique, que eu viva mais uns 30 anos ainda para depois morrer daquele jeito que nós já sabemos. Então, até lá, o cooperativismo vai estar no meu sangue. Eu digo que eu saí da CI e da OCB, mas o cooperativismo não saiu de mim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E que depois que depois de 100 anos, o seu desejo se realize.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Assim seja!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Seja assassinado por um jovem ciumento.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – No flagrante. *(Risos.)*

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Empatamos no 70.

Muito obrigado, Ministro Roberto Rodrigues, pela sua brilhante cooperação para conosco.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos continuar, então.

Passo, agora, a palavra aos demais membros da Mesa para que possam responder às questões formuladas pelos Senadores.

Como o Sr. Jerônimo Rodrigues Souza, Secretário de Desenvolvimento Territorial, representa, aqui, agora, o Ministro Pepe Vargas, agradeço-lhe se puder fazer uma reflexão a respeito dos diversos temas levantados, inclusive do parecer que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça apresentado pelo Senador Renato Casagrande, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Augusto Botelho.

Tem a palavra o Sr. Jerônimo Rodrigues Souza.

O SR. JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar, aqui, o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia e, em nome dos dois, quero saudar esta Casa.

Senador, quero reafirmar as palavras do nosso Ministro Pepe, que, na sua passagem aqui, foi bastante claro no sentido de se colocar na condição de poder somar para que esse consenso possa acontecer.



Queria aproveitar o meu tempo para citar dois ou três exemplos do quanto nós, do Governo Federal, padecemos pelo fato de essa lei ainda não ter sido aprovada.

Quero estender, aqui, as saudações ao Professor Vergílio, ao Armindo, da Unicafes, ao Arildo, da Unisol, e ao nosso colega e professor o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sr. Paul Singer.

Há uma motivação muito significativa, Senador, para nós do MDA, o fato de este tema estar há cerca de 13 anos sendo dialogado no Congresso e agora vir à tona talvez com uma sensibilidade ainda mais forte desta Casa, e em especial desta Comissão, para poder dar andamento ao processo.

Para nós, acho que a motivação se iniciou com a passagem do Presidente Lula pelo Governo Federal, e agora da Presidenta Dilma, pois os dois contribuíram para que este debate pudesse se consolidar, no sentido de valorizar, sem mácula alguma, um lado ou outro das cooperativas. Então, a forma republicana como o Presidente Lula tratou este tema deu uma ascensão àquelas camadas da economia mais baixas e ainda reconheceu o papel de uma economia de escala do agronegócio, sem qualquer partidarismo que pudesse infringir ou prejudicar a economia nacional. Para nós, isso é muito importante, e penso que seja salutar, Senadora, que, neste momento, tragamos de volta este debate para a sociedade.

Seguindo as orientações do nosso Ministro Pepe Vargas, penso que este tema colocado pelo Professor Roberto Rodrigues seria importante, na academia e também como postura, no sentido da terceira via, mas não vou adentrá-lo, Senador. Creio que seria fundamental que pudéssemos debater melhor a ideia da doutrina, que são princípios, mas as estratégias de praticar os princípios devem se modificar. E, nesse sentido, a orientação do Ministro Pepe é que nós temos a necessidade de regulamentar ou de finalizar uma parte desse processo, Senador, porque... Nós poderíamos destacar aqui uns três ou quatro exemplos. Como o enfoque, neste momento agora, é o que temos no Congresso, nós temos o momento posterior a essa aprovação, a esse andamento aqui na Casa, por exemplo, do processo tributário. É preciso que a gente possa enfrentar esse tema. E o Ministro Pepe destacou isso aqui para a gente.

É importante que a gente possa averiguar que um conjunto de leis, Senador, está paralisado – e os senhores bem sabem, pelo fato da passagem em governos –, porque a legislação estadual, em alguns pontos, não pode prosseguir por conta de que aqui a gente não conseguiu avançar em alguns pontos. Então, as próprias legislações estaduais estão, de certa forma, paralisadas por conta de orientações que este Congresso deverá dar.

Outro aspecto importante para nós – e, aí, posso trazer o exemplo concretamente –, é o relacionamento com algumas políticas de Estado brasileiras, principalmente do Governo Federal, com as cooperativas. Nós, no MDA, temos,



por exemplo, um programa de financiamento para infraestrutura que, de certa forma, temos dificuldade de aplicar às cooperativas por conta de que um conjunto de decisões jurídicas, na prática, não nos favorecem para que possamos fortalecer as atividades econômicas ligadas às cooperativas.

E poderia ainda dizer que temos um desafio muito grande. E aí, acho que precisamos, em nível de governo... Acho que essa lei vai ajudar-nos a, dentro do Governo Federal, orientar quais são os papéis de alguns Ministérios. A orientação da Presidenta Dilma é que possamos aproximar, ainda mais, o diálogo do MDA com o Mapa, até porque a agricultura se divide, no sentido de algumas atividades em cadeia, mas não se divide no sentido do papel econômico que procede na geração de empregos, na produção de alimentos. E nós temos, eu diria assim, esse papel de, a partir do que este Congresso acenar, podermos fazer as arrumações dos papéis definidos nos Ministérios.

E acho que, nesse sentido, o próprio recurso – pena que o presidente Márcio já tenha saído –, os próprios recursos que estão alocados no Mapa, a partir do Denacoop, nós precisamos dialogar melhor um pouco sobre esses recursos. Nós gostaríamos de aprofundar nesse debate, e acho que a lei poderá nos ajudar.

Por fim, Presidente, eu gostaria de trazer aqui, por último, um aceno nosso ao parecer do Casagrande. Nós fizemos uma avaliação no Ministério. Nós temos um acordo, principalmente no que diz respeito à ideia da unicidade, nós concordamos. E, na verdade, a orientação do Ministro Pepe é que a Senaes... O professor Paul Singer tem sido, na verdade, a figura nossa que representa o local da política onde se orienta a política de economia solidária. É no Ministério do Trabalho e junto à Senaes que temos o Conselho Nacional de Economia Solidária. E ali são pautadas as diretrizes por onde passa, principalmente, essa ideia da unicidade. E nós entendemos que, embora acreditemos e defendamos o cooperativismo como uma doutrina, nós entendemos que as estratégias devem ser repensadas.

Por conta disso, temos, por exemplo, a informação de que a Unicafe, para além da OCB, que respeitamos e temos a referência – enquanto para a história do cooperativismo no Brasil a OCB contribuiu, e muito; contribui e vai contribuir –, mas a Unicafe tem cerca de 700 cooperativas filiadas. Então, não é qualquer movimento. Então, por conta disso, nós entendemos... E assim também a Unisol. A Unisol tem cerca de 300 ou 400 cooperativas e empreendimentos.

Então, é preciso... Isso é um sinal para nós do Governo. E nós não queremos... Queremos acompanhar aqui as posturas todas da Mesa. Nós entendemos assim: é importante para nós essa unidade nessa construção. O que está posto na pauta brasileira é uma agenda em que possamos consolidar as opiniões.



E, por fim, nós temos uma relação – o Arildo faz parte disso, o professor Paul Singer tem contribuído, a Unicafe –, e nós do Governo Federal, tanto o MDA quanto o Mapa, temos sido chamados, a todo tempo, como referência para a América Latina, para a América Central e para fora do País, como referência de políticas públicas. E temos agora uma oportunidade neste Ano Internacional do Cooperativismo. Está aí o exemplo, onde estamos colocando a contribuição do Roberto Rodrigues na esfera internacional.

Então, temos uma responsabilidade e uma demanda concreta de que essa lei possa vir acenar, tanto para o País, de forma concreta, mas para além do País como uma ação que possa ser referência no cenário internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Vamos passar agora a palavra ao professor Paul Singer, para que possa então fazer uma reflexão conclusiva sobre as diversas contribuições feitas e também sobre as indagações dos Srs. Senadores e Srª Senadora Ana Amélia.

O SR. PAUL SINGER – Eu não estava preparado para falar mais uma vez, mas o debate tem sido, eu diria, bastante rico.

A minha impressão é de que o cooperativismo não está em jogo. Acho que ninguém está imaginando que o cooperativismo não vai avançar, etc. A questão nossa é uma questão política, de que o cooperativismo é uma coisa só. Não é só empresa, e isso ficou claro. O próprio Roberto Rodrigues, na primeira vez que falou, não sei se vocês notaram, insistiu enfaticamente – aliás, ele diz tudo com ênfase muito grande – que cooperativa é empresa, não é uma entidade social. E ele mudou. Porque é. Ela é um instrumento de desconcentração de renda e inclusão social. É o que ele acabou de dizer, contradizendo toda a sua primeira introdução. Lamento que ele não esteja aqui, mas acho que ficou claro para todo mundo. Não é empresa ou instrumento de inclusão social e de redistribuição de renda, são as duas coisas juntas. E isso está nos princípios do cooperativismo.

Rochdale, a que o Roberto Rodrigues se referiu, com toda a certeza não é a primeira cooperativa, mas é a que deu forma aos princípios do cooperativismo, foi feita por trabalhadores desempregados. Perderam o emprego porque fizeram greve. Foi a partir dessa situação de exclusão social e de pobreza extrema que surgiu o cooperativismo. E continua desempenhando um papel fundamental.

Que hoje nós tenhamos grandes cooperativas, *tradings* que dominam o mercado mundial de alimentos, muito bom, bom para o Brasil. Agora não é o tipo. São cooperativas porque assim quiseram ser. E respeito o direito deles. São chamadas cooperativas, mas não têm nada a ver com o DNA do cooperativismo, é outra coisa.

Então, o que estou defendendo aqui não é eliminar uma ou outra parte desse cooperativismo tão contraditório que temos no nosso País. É, pelo



contrário, ter um sistema de registro, um sistema de representação que faça justiça a todos. Que todos possam estar dignamente representados e ter o seu espaço de desenvolvimento, ter seu espaço de luta, para criar um País melhor.

Estou, na verdade, defendendo aqui – não sou apenas eu, boa parte dos que estão aqui na Mesa – a democratização do cooperativismo, porque no momento não existe, não há essa democracia. Uma grande parte do cooperativismo simplesmente não tem a representação. E não tem condições mínimas de cidadania, gente, quando você exige de uma cooperativa de artesãos documentos após documentos, numa capital do Estado, porque só nas capitais temos onde a cooperativa pode se registrar, por enormes tempos, para que finalmente consigam. A maior parte desiste, por isso que 90% são informais. Acho que isso tem a ver com essa lei. Essa lei tem que criar vias de cidadania para o cooperativismo brasileiro total. Não só os que são ricos, os que têm muito capital, os que exportam e assim por diante, não só o agronegócio, também o “agropovo”.

Era basicamente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Professor Paul Singer, por sua grande contribuição, contribuição dada ao longo de sua vida como professor, como criador das incubadoras de cooperativas da USP, da FGV e de tantas outras universidades, e pelo estímulo que continuamente vem dando ao longo de seus 80 anos de vida, completados este ano. O Sr. Paul Singer tem dado uma contribuição muito valiosa.

Queria até pedir uma informação para o Sr. Paul Singer, acho que é relevante para este dia. A Secretaria de Economia Solidária tem o número aproximado de cooperativas hoje existentes no Brasil. Se porventura o senhor tiver esse número, seria uma informação muito relevante para nós.

O SR. PAUL SINGER – O número é uma estimativa – estamos fazendo um levantamento atualmente com muita dificuldade, mas isso não vem ao caso agora. A nossa estimativa é que os empreendimentos de economia solidária, que são cooperativas de fato, mas não de direito, são cerca de 30 mil no País e devem, provavelmente, ser sustentados por cerca de 3 milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito obrigado.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul Vergílio Frederico Perius, que, aliás, citei no projeto que originalmente foi apresentado como PLS nº 605, em 5 de novembro de 1989, depois reapresentado como PLS nº 153, de 2007. Ali eu coloco o agradecimento às entidades que colaboraram, a CPT, a Congrab, a Cotrimaio, o Departamento Nacional de Trabalho da CUT, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo de São Paulo, o Ceris, a Cotec (MG), APAEB (BA), Vianeis (SC), Cetap, Cedac, Deser e os estudiosos Daniel Rech (Ceris), Professor Dinarte Belato (Universidade de Ijuí), Vergílio Perius (então na Unisinos)



e Marcelo Mauad (Unisol/Brasil). Então, quero agradecer desde então por sua colaboração para o projeto, que, de alguma maneira, foi considerado exatamente no aspecto a que já me referi aqui pelo Senador Renato Casagrande quando conseguiu, depois de ouvir todos, chegar a um consenso no seu parecer.

Conforme vimos nas suas observações iniciais, o senhor ainda tem algumas contribuições para melhorar o projeto tal como está aprovado no parecer do Senador Renato Casagrande. Então, para que responda as inúmeras perguntas e observações, tem a palavra.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – É motivo de muita alegria para mim, Senador, poder abraçar o senhor de novo. Gostaria de saudar especialmente a nossa Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, cujo PIB agropecuário é 67% das cooperativas gaúchas.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul reconheceu tanto a importância desse segmento que no ano passado criamos seis leis favoráveis. Criamos o Simples – alguém reclamou que ele não existe, mas o Estado pode criar o Simples para as cooperativas. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fez isso, em janeiro saiu a decisão da publicação e mais cinco leis de incentivos fiscais e de fundos de avais para as cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul.

Acho que o Estado pode complementar o arcabouço jurídico do Estado em cada uma de suas peculiaridades. Colocamos à disposição de todos os Estados, Senadora Ana Amélia... Quem sabe através deste tão importante mecanismo da democracia brasileira, que é a Comissão de Agricultura e Pecuária, reunida aqui no Senado Federal.... Esta Comissão tem de dar o toque da nossa lei, porque se arrasta o agropecuário... Não que ele seja o mais importante, talvez o mais importante sejam as cooperativas de trabalho, porque todos somos trabalho, e o melhor batismo seria esse. Mas nós arrastamos o crédito, que veio rural, arrastamos a infraestrutura e arrastamos todo o setor de transporte e habitação rural, que está linkado ao desenvolvimento do setor agrário. Quer dizer, estamos unindo os treze ramos de cooperativismo que temos hoje e sintetizamos a grande orquestra do desenvolvimento cooperativo em nosso país.

Parabéns, Senadora Ana Amélia, fico muito feliz por essa iniciativa. Quero dizer que, em relação ao grande tema que vejo hoje, na condição de presidente da Organização das Cooperativas do Estado, falta-nos capital, o que nos leva a uma luta desigual. Nós queremos desenvolver! Temos agora trancados sete projetos de investimento da ordem de mais ou menos 700 milhões de reais em cooperativas. O produtor, com as safras, com a seca, não tem capital. Nós queremos capital, não o Procap-Agro, de 9,5% de juros, esse está fora de cogitação, ou o FAT, que a Senhora encurtou o caminho, e tomara que o Senado possa conduzir isso e aprovar, ou o BNDESPAR, que é a mesma fonte, o BNDESPAR se alimenta do FGTS e do FAT. A Senhora foi muito inteligente e cortou o caminho, pegamos o FAT e não precisamos do BNDESPAR, mas de



qualquer maneira, 3% de juros... O Pronafim É 2%, o Pronaf é 4%, não é, Dr. Paulo? Isso nos ajuda a desenvolver os nossos projetos de investimento, que estão nas nossas gavetas esperando melhores linhas de financiamento. Isso é política pública, essencialmente política pública. Essa aliança que temos de fazer ainda tem de ser melhor construída para o conjunto das cooperativas.

A única coisa, desculpem-me dizer aos Senhores e às Senhoras com todo o respeito, é que discordo do Roberto Rodrigues quando ele faz uma análise histórica da origem do cooperativismo, que nasceu em 1627, na República dos Guaranis. Hoje, existem vários livros que vieram da Europa. As trinta reduções jesuíticas eram cooperativas na sua essência, porque os seus princípios eram rigorosamente respeitados. A segunda cooperativa do mundo, portanto, é brasileira, é gaúcha. Em 1629, nas ruínas de São Miguel das Missões.

Aliás, os europeus estudam isso, porque a única coisa que sobrou das reduções jesuíticas, nobres Senadores, é que os baús dos padres jesuítas, que levaram para a Universidade de Barcelona, agora estão sendo estudados por contabilistas, por historiadores, por economistas. Temos dois grandes livros: *La contabilidad en las reducciones jesuíticas*, que prova por mais b que os princípios eram respeitados, e *Las Estratégias de desarrollo (rural) em los pueblos guaranies*, ambos da Universidade de Barcelona. Excelentes obras, que mostram que o cooperativismo nasceu em terras da América Latina, orgulho para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E era no Brasil, no Paraguai e na Argentina.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – A primeira redução foi no Paraguai, em 1627, a segunda foi brasileira, em 1629, e a terceira foi na Argentina, em 1630, a dos Guaranis, todas cercadas, e era inclusão social. Os Senhores, que filosofaram hoje tanto, era a inclusão do índio para que não fosse destruído pelo povo europeu que vinha, principalmente os espanhóis e os portugueses, e pelos bandeirantes, que estavam destruindo. O índio se agregou e chama essa agricultura coletiva diferente. *Abambaé* era do cacique e *tupambaé* era plantação coletiva, que era a cooperativa, *tupambaé* era a cooperativa. Então, seria importante estudar essa história. Evidentemente, isso é um paralelo, mas é um consenso.

Para concluir, estava na Constituinte, em 1988, com o Roberto Rodrigues, com o nosso Senador Suplicy e com Senadores dos quais ainda hoje me lembrei, que tanto lutaram pelo cooperativismo. Estávamos numa reunião com o Mário Covas, que coordenava essas reuniões de liderança, o Senhor deve se lembrar, e todos estavam discutindo as diferenças, ao invés de discutir as semelhanças, e o Mário Covas disse o seguinte: “Vamos abandonar o adjetivo e ficar no substantivo, vamos todos defender o cooperativismo, seja de esquerda, seja de direita, seja do centro, seja de onde for, pequeno, médio e grande. Vamos defender o cooperativismo!” O pedido do Mário Covas deu certo. Se não fosse



esse pedido não teríamos sete artigos hoje na Constituição Federal protegendo as cooperativas. Então, acho que dentro desse consenso, nós somamos. Para mim, a Constituição Federal deu o norte da liberdade de organização, a liberdade de que possa ser representada, mas ainda temos que trabalhar muito claramente a questão do registro que foi confiado, em 1971, à OCB fazê-lo, porque o registro, o cadastro e a atualização dos dados têm que ser de forma concentrada.

E temos que pensar muito. Dentro desse princípio da liberdade – aí há um erro também da nossa lei –, diz que é livre. Se nós dermos liberdade, as pessoas jurídicas que criam cooperativas vão ficar soltas. Elas têm que se filiar a algum sistema. É opção livre para alguma entidade de representação. Agora, no cooperativismo, nós sabemos as idiosincrasias, as diferenças culturais, as diferenças geográficas. Toda a nossa cultura brasileira, que é totalmente diferente. Por que o cooperativismo é forte no Sul? Porque lá há etnias diferentes. Nós tivemos outra origem um pouco melhor de sentido cooperativo. Até Amstad era suíço. Trouxe o cooperativismo a Nova Petrópolis, em 1902. E o nosso amigo Pepe Vargas deu à cidade o título de Capital Nacional do Cooperativismo, porque lá nasceu a primeira cooperativa, em 1902. Temos que respeitar essas diferenças. Isso só é possível se nós, que temos civilização e que precisamos ter responsabilidade, nos entendermos num chapéu maior de entendimento nessas entidades todas que estão surgindo no cooperativismo e que não têm fronteiras. Se tivesse fronteiras, seria limitado.

Para concluir, quero parafrasear Dom Hélder Câmara. Perguntado se era do centro, da direita ou da esquerda, ele disse que era do centro, como nem Cristo pregado na Cruz.

Eu posso dizer a mesma coisa: o cooperativismo é de centro, como a imagem de Dom Hélder. Dom Hélder disse: “À esquerda tem um ladrão e à direita tem um ladrão. A diferença dos dois é que a esquerda se arrependeu e a direita nunca vai se arrepender”. Isso significa dizer – é uma frase de Dom Hélder Câmara a respeito: “O cooperativismo é uma proposta que visa corrigir a direita principalmente, a concentração de renda, o poder político na mão do capital, e não das pessoas”. Ele corrige isso, faz melhor distribuição de renda. E a esquerda, ajudando a dizer, a esquerda também, simbolicamente, na economia centralizada, que a liberdade e a democracia devem prevalecer em todas as instâncias.

Obrigado pela oportunidade e um abraço gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Vergílio Frederico Peres. Como o senhor é tão preciso em invocar a história corretamente, eu preciso lembrar-lhe de que, na verdade, em 1986, quando eu era Deputado Federal, fui candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo PT e não fui eleito, nem fui Constituinte. Só para lembrar, embora estivesse em 1988 participando bastante das coisas, fui candidato a Vereador e eleito Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Depois, nós convivemos aqui quando o senhor colaborou com o projeto e onde está dito, até na justificativa, que



o inciso XX do art. 5º da Constituição Federal estabelece que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, garantindo-se a total e irrestrita liberdade de associação. Então, precisamos ver como as entidades representativas do cooperativismo possam ter efetiva possibilidade de colaborar para o propósito maior com que todos estamos de acordo: vamos criar um ambiente com a legislação o mais propício para a existência e o fortalecimento das cooperativas.

Vou passar a palavra agora ao que representa o Sr. Luiz Possamai, Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Sr. Armindo Augusto dos Santos, para refletir sobre as considerações feitas e, finalmente, ao Sr. Arildo Mota Lopes.

Tem a palavra agora o Sr. Armindo Augusto dos Santos, da Unicafes.

O SR. ARMINDO AUGUSTO DOS SANTOS – Quero cumprimentar o companheiro Senador Eduardo Suplicy e em nome dele, se me permite, cumprimento todos os componentes da Mesa. Cumprimento todos os Senadores; os participantes aqui no plenário; os companheiros da Unicafes; os companheiros da Unisol. Enfim, todos.

O meu nome é Armindo Augusto. Sou agricultor familiar do Semiárido mineiro, de uma cidadezinha chamada Rio Pardo de Minas. Estamos passando problema sério com a seca que assola a região Nordeste e aquela parte de Minas Gerais. Mas estamos sobrevivendo e aprendendo a conviver com isso.

Estou hoje Diretor de Formação da Unicafes Nacional. Venho fazendo um trabalho no cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, em Minas Gerais e agora no Brasil.

Orgulha-nos muito estar participando desse evento. Queremos parabenizar o Senador Suplicy e a Senadora Ana Amélia por esse evento, pela promoção desta audiência pública.

Eu também participo de uma cooperativa de produção e comercialização naquele pequeno Município do Semiárido mineiro e vimos que a partir de 2005, com a iniciativa da criação da cooperativa surgiram outras cooperativas e observamos como é visível a transformação da vida daqueles agricultores e daquelas agricultoras que estão no cooperativismo.

Aproveito a oportunidade para dizer que nós da Unicafes, depois de vários debates e discussões com a Unisol e com outras organizações do cooperativismo, concordamos plenamente com o relatório do então Senador Casagrande e fazemos um apelo ao Parlamento brasileiro, que na questão do cooperativismo está em dívida conosco, com os trabalhadores, com os agricultores e com as cooperativas da economia solidária.

Nós estamos trabalhando uma lei de 50 anos. Passaram constituições e a Lei do Cooperativismo ainda é de 1971. É impossível vermos os reflexos disso lá na base. Então, fazemos um apelo ao Senado para que



realmente toque em frente o mais rápido possível. Aproveitando que este ano é o Ano Internacional das Cooperativas, nós queremos ser presenteados com essa nova lei do cooperativismo.

É difícil para nós das pequenas cooperativas, da cooperativa de economia solidária do Brasil, sermos tratados como as grandes cooperativas. O Brasil, na Lei do Cooperativismo, trata o diferente de forma igual. É impossível, na legislação sanitária, na tributária e na legislação total do cooperativismo sermos tratados como uma Nestlé, como uma Perdigão. O mesmo que é exigido de uma Nestlé é exigido de uma pequena cooperativa.

Então, se nós sabemos da responsabilidade que devemos ter na questão do cooperativismo em si, da legislação sanitária e da tributária, se somos importantes como dizem os estudos que mostram a importância da agricultura familiar, do cooperativismo e da economia solidária, precisamos ter uma lei com que pelo menos dialoguemos bem, que favoreça o nosso trabalho e que nos dê um tratamento diferente, porque somos diferentes.

Eu agradeço por estar participando aqui e colocamos a Unicafe à disposição para o debate. Estaremos sempre debatendo e cobrando do Parlamento brasileiro, para que essa reivindicação de anos seja agora um tipo de presente para o Brasil, pelo Ano Internacional das Cooperativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Arindo Augusto dos Santos, da Unicafe.

Senador Waldemir Moka, falta apenas o Sr. Arildo Mota Lopes falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu aguardo. O único de que não ouvi a fala foi do seu Arindo. Todos os outros eu escutei.

Eu gostaria, depois, de fazer, não como Presidente, mas como ouvinte e como Relator do projeto aqui, na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está muito bem.

Então, o Sr. Arildo Mota Lopes tem a palavra, como Diretor Presidente da Unisol.

O SR. ARILDO MOTA LOPES – Muito bem, Senador Suplicy e demais Senadores. Está de volta aqui o nosso Senador Moka.

Na verdade, nós estamos de acordo com o relatório do ex-Senador e agora Governador Casagrande, com esse relatório que foi aprovado na CCJ no dia 15/12/2010. Como aqui o nosso intuito é fazer uma fala, e acho que fazemos isso, fazemos uma fala política, não vou entrar no mérito de artigo a artigo, mas está bem interessante. Acho que os Srs. Senadores de Santa Catarina foram também muito felizes, porque entendem o cooperativismo, como a Senadora Ana Amélia, entendem e conhecem, foram sócios, são sócios. Quem vivencia, quem vive sabe, não é, Suplicy? Há avanços, mas temos limites para poder acessar



crédito na questão da inovação tecnológica. Tenho um amigo, Paulo Velhinho, do Rio Grande do Sul, que diz que nós temos a mania de exportar o boi berrando.

Então, foi muito bem falado por Senadores de Santa Catarina e pelos demais que o Estado tem de fomentar isso, como fomenta alguns setores que são importantes para a economia, para o País, a geração do PIB, divisas, distribuição de renda etc. Nós necessitamos, de fato, que as leis de fomento ao cooperativismo sejam modernizadas para que atendam, dentro do mundo globalizado, às cooperativas, porque as empresas são competitivas e as cooperativas, praticando a autogestão, com todos os princípios – um homem, um voto –, tem de ter gestão, tem de ter competitividade para que possamos, de fato, distribuir renda.

Achei maravilhoso quando me disseram, os Senadores de Santa Catarina ou o Senador do Paraná, que os sócios conseguiram ter uma sobra de resultado operacional de 50 mil, de 100 mil para os agricultores. A gente fica muito feliz, Suplicy, de ouvir isso.

Mas emendo dizendo o seguinte: somos a favor do relatório do agora Governador do Espírito Santo, ex-Senador Casagrande, de todo o debate, de todo o acúmulo, com todas as entidades.

Mas eu me lembrei aqui e quero comentar com os demais: recentemente, no México, fui eleito Presidente da Cicopa Américas, que é o ramo trabalho da ACI, internacional. Mais uma vez, nós, do Brasil, com muito orgulho de ser brasileiros, vamos ocupar um espaço para trabalhar a questão do ramo das cooperativas de trabalho. Isso nas Américas, do Canadá para cá.

Então, temos uma tarefa. Eu e o Prof. Singer estaremos na III Cúpula do Cooperativismo das Américas, que vai acontecer agora, de 27 de maio a 1º de junho, na cidade do Panamá, onde o Professor nos abrihantará com um debate sobre a crise capitalista e o cooperativismo, porque há estudos concretos... Por exemplo, vou falar de alguns setores importantes. A Mondragon é um exemplo no País Basco. Para sermos cooperativistas, temos exemplos maravilhosos no Brasil, no Paraná e em vários Estados brasileiros, mas as pessoas devem conhecer a Mondragon.

Há o sistema Desjardins, no Quebec, no Canadá, e ali, na região da Emilia-Romagna, com a Legacoop etc., e nossos exemplos aqui no Brasil, como a própria cooperativa da qual sou sócio, a Uniforja, a Coamo, a Coopavel e várias cooperativas centrais. Eu citaria vários exemplos exitosos aqui no nosso País.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Suplicy, estamos de acordo com esse relatório. Necessitamos, Suplicy, aprovar isso o mais rápido possível. Na minha fala inicial, eu disse que necessitamos construir consenso. Estamos de coração aberto para construir consensos juntamente com toda a equipe técnica, gestores, para que nossos dirigentes cooperativos possam auxiliar os nossos Senadores e Senadoras para que possamos de fato... O Brasil está um pouquinho atrás de alguns países com relação à comemoração do Ano Internacional das



Cooperativas, com relação a medidas efetivas de fomento ao cooperativismo, independentemente do ramo, do setor e das entidades de representação.

Temos de caminhar juntos porque, conseqüentemente, com o PIB do cooperativismo é possível erradicar a pobreza, é possível distribuir renda, mas com uma governança, com fomento, com apoio do Estado – o Estado tem de ser indutor – e com apoio do nosso Parlamento, do Senado, o Parlamento brasileiro. Precisamos pautar o Executivo, o Judiciário e o Legislativo para que possam nos apoiar.

Agradeço ao Senador Moka e ao Senador Suplicy por mais esta oportunidade. Estaremos junto com vocês, com certeza, porque o cooperativismo não tem cor e bandeira. Todos nós somos cooperativistas, e juntos seremos fortes. Vida longa ao cooperativismo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Arildo Mota Lopes, Diretor Presidente da Unisol.

Antes de passar a palavra, eu queria fazer uma sugestão, levando em conta o que a Senadora Ana Amélia aqui ponderou. Nós teremos, dia 6 de julho, uma comemoração, em plenário do Senado, do Dia Nacional das Cooperativas, e eu gostaria de fazer um apelo diante da contribuição hoje havida.

V. Ex^a, como Relator, terá condição de apreciar todas as considerações, até porque serão feitas as notas taquigráficas. Mas, se pudermos realizar um esforço de votarmos essa matéria antes dessa sessão solene, e quem sabe tenhamos tempo, quero colaborar com V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, nesse sentido. Acho que seria como que um presente a todos os interessados no cooperativismo que possamos agora acelerar a tramitação do projeto.

Tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, quero me desculpar porque eu tomei o compromisso de levar os pecuaristas, não só do meu Estado, mas do País inteiro... Há uma preocupação com a chamada concentração do mercado da carne. Acabamos de ser recebidos pelo Dr. Vinícius Carvalho, que, aliás, ontem foi sabatinado na CAE e vai ser, sem dúvida nenhuma, agora de fato e de direito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Presidente do Cade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Do Cade, exato.

Eu só não ouvi o Sr. Armino Augusto dos Santos, da Unicafe, que falou quando saí, mas eu fiz questão de ouvir todos os outros que participaram, então, fico à vontade também para dizer que o que percebo, o que percebi é que há boa vontade, mas há divergências bem colocadas aqui. Há divergências de ponto de vista.

Começo dizendo que o próprio relatório da Ministra Gleisi hoje, na CAE, não podemos ignorar. Ela parte do princípio de que o relatório do atual Governador Renato Casagrande não foi produto do entendimento das entidades.



Então, é complicado isso. Quer dizer, ela tem outro relatório. Daí por que eu quero ter exatamente ajuda do Senador Eduardo Suplicy. Vou conversar com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª Gleisi, e todos os que puderem ajudar. E quem sabe...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com o Secretário de Economia Solidária, Sr. Paul Singer e com o Ministro Pepe Vargas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com todos aqueles que puderem ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E aí eu quero ver se é possível um relatório. Que eu vou apresentar um relatório, eu vou apresentar, sem dúvida. Se esse relatório vai ser objeto de consenso ou não, nós é que vamos esgotar nossa capacidade de diálogo e de entendimento. E se não for possível, Suplicy, aí não tem jeito. Quando não tem consenso, só tem um jeito de dirimirmos: é votar. Aí não tem jeito.

Agora, eu sou um daqueles, vocês vão perceber, que vão perseguir o consenso. Eu sou aqui conhecido por alguém que gosta muito de estabelecer convergência, e acho que esse é o caminho do Parlamento.

No mais, agradeço a cada um dos senhores, mais uma vez me desculpando, mas eu acho que a contribuição aqui é inestimável. Todos aqui que falaram podem ter até opiniões divergentes, mas não há ninguém aqui que não conhece profundamente o ramo do cooperativismo, e fico muito feliz com isso.

E no meu Estado eu não tenho dificuldade nenhuma com as chamadas cooperativas de agricultura familiar, Professor. Ao contrário, eu me orgulho hoje porque temos uma cooperativa pequeninha, chamada Caracol, em que montamos um laticínio, e hoje praticamente toda a rede de merenda escolar é abastecida com leite produzido na minha pequenina Caracol. E eu ajudei e contribuí para que eles se fortalecessem. Só para mostrar que eu não tenho absolutamente... Ao contrário, tenho tudo a favor; agora, nós precisamos de um texto que ao mesmo tempo discipline essa questão do cooperativismo e não discrimine também as pequenas cooperativas. Esse seria meu intento. Se eu conseguir isso, acho que vamos ter a convergência.

No mais, muitíssimo obrigado pela presença de todos os senhores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Waldemir Moka. Quero me colocar à disposição e também transmitir o seguinte: tenho certeza de que o Prof. Daniel Rech, que está aqui, pode também cooperar muito. Quem sabe ele pode ainda dizer uma mensagem final. Faltou ainda alguma coisa a ser dita?

O SR. DANIEL RECH – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vou sugerir que o senhor também conte com a sua colaboração, assim como de todos



que estão aqui. O Sr. Daniel Rech é um dos mais profundos conhecedores do cooperativismo e se coloca à sua disposição também para ajudar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E eu percebo que o senhor está tentando fortalecer seu time, Senador Eduardo Suplicy... Mas fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem razão, porque, se, como o Senador Luiz Henrique aqui fala, todos precisamos ser competentes, então temos de colocar o time completo, com todos os titulares em campo, não é?

Senadora Ana Amélia, V. Exª quer dizer a palavra final como Presidenta da Comissão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu prefiro que seja o nosso Vice-Presidente da Comissão, que tem a responsabilidade, eu diria o grande desafio da construção desse relatório para o Ato Cooperativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se me permitir, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem, muito obrigado.

Parabéns a todos.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)